

## **3º Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior 2022**

IVAN CHARLES FONSECA CHEBLI  
Secretário(a) de Saúde

## Sumário

### 1. Identificação

- 1.1. Informações Territoriais
- 1.2. Secretaria de Saúde
- 1.3. Informações da Gestão
- 1.4. Fundo de Saúde
- 1.5. Plano de Saúde
- 1.6. Informações sobre Regionalização
- 1.7. Conselho de Saúde

### 2. Introdução

### 3. Dados Demográficos e de Morbimortalidade

- 3.1. População estimada por sexo e faixa etária
- 3.2. Nascidos Vivos
- 3.3. Principais causas de internação
- 3.4. Mortalidade por grupos de causas

### 4. Dados da Produção de Serviços no SUS

- 4.1. Produção de Atenção Básica
- 4.2. Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos
- 4.3. Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização
- 4.4. Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos
- 4.5. Produção de Assistência Farmacêutica
- 4.6. Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos

### 5. Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

- 5.1. Por tipo de estabelecimento e gestão
- 5.2. Por natureza jurídica
- 5.3. Consórcios em saúde

### 6. Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

### 7. Programação Anual de Saúde - PAS

- 7.1. Diretrizes, objetivos, metas e indicadores

### 8. Execução Orçamentária e Financeira

- 8.1. Execução da programação por fonte de recurso, subfunção e categoria econômica
- 8.2. Indicadores financeiros
- 8.3. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)
- 8.4. Covid-19 Repasse União
- 8.5. Covid-19 Recursos Próprios
- 8.6. Covid-19 Repasse Estadual

### 9. Auditorias

### 10. Análises e Considerações Gerais

---

## 1. Identificação

### 1.1. Informações Territoriais

UF	MG
Município	JUIZ DE FORA
Região de Saúde	Juiz de Fora
Área	1.436,85 Km²
População	577.532 Hab
Densidade Populacional	402 Hab/Km²

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)

Data da consulta: 24/02/2023

### 1.2. Secretaria de Saúde

Nome do Órgão	SECRETARIA DE SAUDE DE JUIZ DE FORA
Número CNES	6823106
CNPJ	A informação não foi identificada na base de dados
CNPJ da Mantenedora	18338178000102
Endereço	RUA HALFELD 1400
Email	secretariadesaude@pjf.mg.gov
Telefone	(032)36907474

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 24/02/2023

### 1.3. Informações da Gestão

Prefeito(a)	MARIA MARGARIDA MARTINS SALOMI O
Secretário(a) de Saúde em Exercício	IVAN CHARLES FONSECA CHEBLI
E-mail secretário(a)	secretariadesaude@pjf.mg.gov.br
Telefone secretário(a)	3236908387

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 24/02/2023

### 1.4. Fundo de Saúde

Instrumento de criação	LEI
Data de criação	12/1989
CNPJ	18.338.178/0001-02
Natureza Jurídica	MUNICIPIO
Nome do Gestor do Fundo	Ivan Charles Fonseca Chebli

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 24/02/2023

### 1.5. Plano de Saúde

Período do Plano de Saúde	2022-2025
Status do Plano	Aprovado

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)

Data da consulta: 17/05/2022

### 1.6. Informações sobre Regionalização

Região de Saúde: Juiz de Fora

Município	Área (Km²)	População (Hab)	Densidade	
BELMIRO BRAGA		392.319	3422	8,72
CHIADOR		252.346	2657	10,53
CHÁCARA		152.874	3216	21,04
CORONEL PACHECO		130.287	3095	23,76
EWBANK DA CÂMARA		103.844	3932	37,86

GOIANÁ	153.229	4014	26,20
JUIZ DE FORA	1436.85	577532	401,94
MATIAS BARBOSA	156.728	14626	93,32
PIAU	191.378	2719	14,21
RIO NOVO	207.559	8964	43,19
SANTANA DO DESERTO	182.207	3985	21,87
SIMÃO PEREIRA	134.676	2621	19,46

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)

Ano de referência: 2021

## 1.7. Conselho de Saúde

<b>Instrumento Legal de Criação</b>	LEI	
<b>Endereço</b>	Rua Batista de Oliveira	
<b>E-mail</b>		
<b>Telefone</b>		
<b>Nome do Presidente</b>	Regina Celia de Souza	
<b>Número de conselheiros por segmento</b>	<b>Usuários</b>	51
	<b>Governo</b>	16
	<b>Trabalhadores</b>	16
	<b>Prestadores</b>	14

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Ano de referência:

- Considerações

### 1. Identificação

PREFEITA: Margarida Salomão

VICE PREFEITO: Kennedy Ribeiro

SECRETÁRIO DE SAÚDE: Ivan Charles Fonseca Chebli

SECRETÁRIA ADJUNTA DE SAÚDE: Mirelly Vasconcelos Cardoso

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE: Regina Célia de Souza

No período vigente a este relatório ocorreu a alteração da secretária Adjunta de Saúde, Ana Luísa Afonso Guimarães que exerceu o cargo de 05/02/2022 à 29/07/22, quando foi nomeado o novo secretário Adjunto, Leonardo Francisco de Azevedo. Link para consulta: [https://www.pjf.mg.gov.br/e\\_atos/e\\_atos\\_vis.php?id=97301](https://www.pjf.mg.gov.br/e_atos/e_atos_vis.php?id=97301)

Em 31/01/2023, ouve uma nova alteração de chefia do cargo de Secretário Adjunto, quando foi nomeada Mirelly Vasconcelos Cardoso. Link para consulta: [https://www.pjf.mg.gov.br/e\\_atos/e\\_atos\\_vis.php?id=103236](https://www.pjf.mg.gov.br/e_atos/e_atos_vis.php?id=103236)

Reiteramos também a nomeação da composição de membros do Conselho Municipal de Saúde para o Biênio 01/05/2022 a 01/05/2024, cuja Presidente eleita foi a Sra. Regina Célia de Souza, conforme informado no primeiro quadrimestre através do Decreto N. 15.187 de 27 de abril de 2022.

## 2. Introdução

- Análises e Considerações sobre Introdução

### 2. Introdução

A Secretaria de Saúde do Município de Juiz de Fora apresenta o Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) do 3º Quadrimestre de 2022 (setembro a dezembro) relativo às ações e serviços de saúde do Município. De acordo com a Portaria de Consolidação Nº 1, de 28 de setembro de 2017, do Ministério da Saúde, que estabelece as diretrizes para o processo de planejamento no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), bem com os resultados das metas da PAS, previstas e executadas que deverão constar do Relatório de Gestão serão monitorados e acompanhados a cada quadrimestre no Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) documento introduzido pela LC n. 141/12, como instrumento de prestação de contas, monitoramento e acompanhamento da execução da Programação Anual de Saúde (PAS). Tendo em vista que a Programação Anual de Saúde do nosso município do ano de 2022 foi devidamente aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde, através da Resolução nº 533/2021, garantindo o dinamismo necessário ao planejamento e permitindo a continuidade ao processo de monitoramento dessa forma apresentado.

### 3. Dados Demográficos e de Morbimortalidade

#### 3.1. População estimada por sexo e faixa etária

Período: 2021

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
0 a 4 anos	15385	14671	30056
5 a 9 anos	15722	15102	30824
10 a 14 anos	16843	16282	33125
15 a 19 anos	18979	18635	37614
20 a 29 anos	43473	43658	87131
30 a 39 anos	44732	47464	92196
40 a 49 anos	38143	42865	81008
50 a 59 anos	33471	40344	73815
60 a 69 anos	26065	34955	61020
70 a 79 anos	13142	20235	33377
80 anos e mais	5926	11440	17366
<b>Total</b>	<b>271881</b>	<b>305651</b>	<b>577532</b>

Fonte: Estimativas preliminares elaboradas pelo Ministério da Saúde/SVS/DASNT/CGIAE (DataSUS/Tabnet)  
Data da consulta: 01/03/2023.

#### 3.2. Nascidos Vivos

Número de nascidos vivos por residência da mãe.

Unidade Federação	2018	2019	2020
JUIZ DE FORA	6516	6458	6043

Fonte: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (MS/SVS/DASIS/SINASC)  
Data da consulta: 01/03/2023.

#### 3.3. Principais causas de internação

Morbidade Hospitalar de residentes, segundo capítulo da CID-10.

Capítulo CID-10	2018	2019	2020	2021	2022
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	1435	1633	2131	5627	1940
II. Neoplasias (tumores)	3482	3654	3331	3280	3494
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	293	261	176	155	205
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	904	781	594	518	703
V. Transtornos mentais e comportamentais	860	914	702	820	801
VI. Doenças do sistema nervoso	1191	890	522	574	721
VII. Doenças do olho e anexos	333	391	228	198	248
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	74	92	35	28	66
IX. Doenças do aparelho circulatório	4283	4271	3950	3726	4408
X. Doenças do aparelho respiratório	2841	2800	1571	1263	2676
XI. Doenças do aparelho digestivo	3073	2715	1834	2002	2913
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	894	728	514	593	776
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	1000	840	507	578	898
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	2560	2341	1786	1712	2507
XV. Gravidez parto e puerpério	5399	5246	5077	4389	4354
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	895	932	969	849	1001
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	302	216	156	223	218
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	419	367	315	344	429
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	3944	4110	3432	3736	4407
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	1292	1363	924	945	1329

CID 10ª Revisão não disponível ou não preenchido	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>35474</b>	<b>34545</b>	<b>28754</b>	<b>31560</b>	<b>34094</b>

Fonte: Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Data da consulta: 01/03/2023.

Obs.: A atualização dos valores relativos ao último período ocorrem simultaneamente ao carregamento dos dados no Tabnet/DATASUS.

### 3.4. Mortalidade por grupos de causas

Mortalidade de residentes, segundo capítulo CID-10

Capítulo CID-10	2018	2019	2020
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	262	300	783
II. Neoplasias (tumores)	800	773	795
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	27	22	15
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	191	234	235
V. Transtornos mentais e comportamentais	98	101	110
VI. Doenças do sistema nervoso	166	213	162
VII. Doenças do olho e anexos	-	-	-
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	-	-
IX. Doenças do aparelho circulatório	889	964	985
X. Doenças do aparelho respiratório	522	601	497
XI. Doenças do aparelho digestivo	197	209	171
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	38	32	20
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	64	61	61
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	174	187	192
XV. Gravidez parto e puerpério	6	3	2
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	44	55	35
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	28	18	35
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	364	409	477
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	-	-	-
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	310	284	285
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	-	-
XXII. Códigos para propósitos especiais	-	-	-
<b>Total</b>	<b>4180</b>	<b>4466</b>	<b>4860</b>

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (MS/SVS/CGIAE/SIM-TABNET)

Data da consulta: 01/03/2023.

- Análises e Considerações sobre Dados Demográficos e de Morbimortalidade

### 3. Dados Demográficos e de Morbimortalidade

Os dados referentes ao perfil demográfico do município (pontos 3.1 e 3.2) não passam por alterações quando comparados com os apresentados no quadrimestre anterior. Assim, a população total estimada em Juiz de Fora mantém-se em 577.532 (quinhentos e setenta e sete mil e quinhentos e trinta e dois) habitantes, sendo 305.651 (trezentos e cinco mil e seiscentos e cinquenta e um) pessoas do sexo feminino e 271.881 (duzentos e setenta e um e oitocentos e oitenta e um) pessoas do sexo masculino. Reitera-se em comparação a 2021 (573.285) que houve um crescimento populacional aproximado a 0,74%.

Faz-se interessante pontuar que na faixa etária de 0 a 19 anos, observa-se um contingente maior da população masculina do que a população feminina, e, na faixa etária de 20 a 80 anos, apresenta-se uma inversão. Observa-se, ainda, que a população contida na faixa etária de 20 a 59 anos representa 57,85% da população total do município. É notável também o aumento da população idosa no município que na faixa etária de 60 a 80 anos, representa 19% do total dos habitantes do município. Nesse período, ressalta-se também que, segundo os dados da PNAD Contínua, a parcela de pessoas com 60 anos ou mais saltou de 11,3% para 14,7% da população. Em números absolutos, o grupo etário passou de 22,3 milhões para 31,2 milhões, crescendo 39,8% no período.

Sobre os dados de nascidos vivos, em Juiz de Fora, bem como no Brasil tem sido observada a diminuição do número de nascidos vivos nos últimos anos. Essa queda pode ser atribuída a melhoria nas condições de educação, planejamento familiar e utilização de métodos contraceptivos. Os dados de natalidade de Juiz de Fora fornecidos para a elaboração dos relatórios quadrimestrais são acessados diretamente na base de dados do SINASC a fim de possibilitar uma informação atualizada, porém prévia, sujeita a alterações substanciais, considerando os prazos legais para a alimentação do sistema, retroalimentação, verificação de duplicidades e inconsistência.

Observa-se que no terceiro quadrimestre de 2022 foram registrados 1.714 nascidos vivos, destes, 989 de partos cesárea e 725 partos do tipo vaginal. Sendo: 307 nascidos vivos de mães com menos de 20 anos; 757 nascidos vivos de mães entre 21 e 30 anos e 416 nascidos vivos de mães de 35 anos ou mais. Embora o TABNET ainda não tenha atualizado os dados de Nascidos Vivos de 2021 e 2022, através da nossa base de dados do SINASC, identificamos 5.624 nascidos vivos de mães residentes em Juiz de Fora em 2021. Enquanto em 2022, o número reduziu para 5.529 nascimentos.

Os dados de morbidade do município refletem algo comum a outros municípios de mesmo porte populacional, haja vista a influência do contexto pandêmico no cuidado primário à saúde, dificultando o acesso a serviços de prevenção e promoção, levando a descompensação de doenças como Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus que elevam o risco de complicações do sistema cardiovascular e predispõe a ocorrência de doenças respiratórias, como o caso das Pneumonias e infecções por Sars-CoV-2.

Além disso, o isolamento social, os fatores econômicos contribuíram para o aumento do sofrimento psíquico e adoecimento mental levando ao aumento de diagnósticos e notificações de violência interpessoal e auto provocada. No que tange as hospitalizações por causas externas é importante ressaltar que a pandemia também alterou os vínculos de trabalho, aumentando a informalidade e também o consumo de outros serviços, como delivery. Como consequência, houve elevação de acidentes de trânsito envolvendo motocicletas.

Nas principais causas de internações, pelos dados disponíveis no DigiSUS, verifica-se 1.652 por doenças do aparelho circulatório; 1.525 por lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas; 1.209 por neoplasias e 871 por doenças do aparelho respiratório. Já dentre as principais causas de óbito na população residente em Juiz de Fora se apresentam as doenças do aparelho circulatório, sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório e as neoplasias.

As doenças do aparelho circulatório, neoplasias e causas externas vinham sendo as principais causas de óbito na população residente em Juiz de Fora. A partir de 2019 devido à pandemia de COVID-19 houve um aumento significativo dos óbitos por Doenças Infeciosas e Parasitárias que passou a ser a 3ª causa mais frequente nos anos de 2019 e 2020 e a principal causa em 2021. No 3º trimestre de 2022, a partir de dados extraídos pelo Sistema de Informação de Mortalidade, o município de Juiz de Fora registrou 1484 óbitos. De acordo com as declarações de óbitos recebidas e qualificadas pela Supervisão de Doenças e Agravos não Transmissíveis da Subsecretaria de Vigilância em Saúde foram indicadas como causas básicas principais:

<b>Mortalidade - Causas principais por Categoria CID-10</b>	
<b>3º RDQA</b>	<b>Total de óbitos</b>
Doença de Alzheimer não especificada	31
Neoplasia maligna dos brônquios ou pulmões, não especificado	33
Infecção do trato urinário de localização não especificada	35
Acidente vascular cerebral, não especificado como hemorrágico ou isquêmico	37
Infarto agudo do miocárdio não especificado	42
Septicemia não especificada	55
Hipertensão essencial (primária)	63
Pneumonia não especificada	65
Outras causas mal definidas e as não especificadas de mortalidade	199
<b>Total de óbitos: 1.484 óbitos</b>	



#### 4. Dados da Produção de Serviços no SUS

##### 4.1. Produção de Atenção Básica

Tipo de Produção	Quantidade
Visita Domiciliar	206.437
Atendimento Individual	299.849
Procedimento	324.083
Atendimento Odontológico	7.443

Fonte: Sistema de informação em Saúde para a Atenção Básica – SISAB

##### 4.2. Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos

Caráter de atendimento: Urgência

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais		Sistema de Informações Hospitalares	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor total
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	13	-	-	-
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	16552	1302641,41	37	47047,23
03 Procedimentos clínicos	163635	893547,96	21521	46581240,92
04 Procedimentos cirúrgicos	13238	351398,15	12446	39318040,90
05 Transplantes de órgãos, tecidos e células	3	736,80	683	10485987,73
06 Medicamentos	-	-	-	-
07 Órteses, próteses e materiais especiais	41	467,50	-	-
08 Ações complementares da atenção à saúde	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>193482</b>	<b>2548791,82</b>	<b>34687</b>	<b>96432316,78</b>

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)  
Data da consulta: 24/02/2023.

1º RDQA - Período de Referência: Janeiro a Abril

2º RDQA - Período de Referência: Janeiro a Agosto

3º RDQA - Período de Referência: Janeiro a Dezembro

##### 4.3. Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização

Sistema de Informações Ambulatoriais		
Forma de Organização	Qtd. aprovada	Valor aprovado
030108 Atendimento/Acompanhamento psicossocial	32124	3393,53
Sistema de Informações Hospitalares		
Forma de Organização	AIH Pagas	Valor total
030317 Tratamento dos transtornos mentais e comportamentais	782	181671,65

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)  
Data da consulta: 24/02/2023.

1º RDQA - Período de Referência: Janeiro a Abril

2º RDQA - Período de Referência: Janeiro a Agosto

3º RDQA - Período de Referência: Janeiro a Dezembro

##### 4.4. Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais		Sistema de Informações Hospitalares	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor total
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	233666	159514,16	-	-
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	4097185	27013012,37	56	55525,34
03 Procedimentos clínicos	3306220	58048655,03	26931	53043387,31
04 Procedimentos cirúrgicos	178549	3082957,83	21470	60628485,21
05 Transplantes de órgãos, tecidos e células	19387	5249483,09	709	10869018,38
06 Medicamentos	-	-	-	-
07 Órteses, próteses e materiais especiais	45956	6653008,86	-	-

08 Ações complementares da atenção à saúde	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>7880963</b>	<b>100206631,34</b>	<b>49166</b>	<b>124596416,24</b>

Fonte: Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Data da consulta: 24/02/2023.

1º RDQA - Período de Referência: Janeiro a Abril

2º RDQA - Período de Referência: Janeiro a Agosto

3º RDQA - Período de Referência: Janeiro a Dezembro

#### 4.5. Produção de Assistência Farmacêutica

Esse item refere-se ao componente especializado da assistência farmacêutica, sob gestão da esfera estadual.  
Portanto, não há produção sob gestão municipal.

#### 4.6. Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos

Financiamento: Vigilância em Saúde

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	5297	-
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	10799	-
<b>Total</b>	<b>16096</b>	<b>-</b>

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)

1º RDQA - Período de Referência: Janeiro a Abril

2º RDQA - Período de Referência: Janeiro a Agosto

3º RDQA - Período de Referência: Janeiro a Dezembro

Data da consulta: 24/02/2023.

- Análises e Considerações sobre Dados da Produção de Serviços no SUS

#### 4. Dados da Produção

##### 4.1. Produção de Atenção Básica:

No município de Juiz de Fora, a alimentação da produção da APS ocorre pelo e-SUS AB e é consolidada pelo Sistema de Informações de Atenção Básica em Saúde (SISAB), sendo necessário que os dados de produção das equipes de saúde sejam enviados dentro dos prazos estabelecidos em portaria pelo Ministério da Saúde. Anexamos o relatório de resumo de produção extraído do e-SUS AB para o 3º RDQA:

Descrição	09/2022	10/2022	11/2022	12/2022	Total
<b>Cadastros</b>					
Cadastros domiciliar e territorial	1.261	1.907	1.209	849	4.231
Cadastros individual	3.464	3.054	2.318	3.088	11.924
<b>Total</b>	<b>4.725</b>	<b>4.961</b>	<b>3.527</b>	<b>3.937</b>	<b>16.150</b>
<b>Produção</b>					
<b>Quantidade</b>	<b>09/2022</b>	<b>10/2022</b>	<b>11/2022</b>	<b>12/2022</b>	<b>Total</b>
Atendimento domiciliar	1.794	1.909	1.950	1.825	7.478
Atendimento individual	32.183	35.059	29.302	29.212	125.756
Atendimento eletrônico individual	2.176	2.211	1.874	2.000	8.261
Atividade coletiva	548	534	424	417	1.923
Atividade de diagnóstico e administração	61	61	67	100	250
Marcadores de consumo alimentar	476	555	402	112	1.545
Procedimentos individualizados	35.020	37.746	32.680	34.189	139.635
Sistemas Mensageiros por Dia / Microatleta	0	0	0	0	0
Vacinação	7.181	5.482	7.174	6.001	25.838
<b>Atividade domiciliar e territorial</b>	<b>34.420</b>	<b>38.978</b>	<b>32.960</b>	<b>32.920</b>	<b>139.278</b>
<b>Total</b>	<b>104.273</b>	<b>105.728</b>	<b>89.512</b>	<b>87.804</b>	<b>387.317</b>

Os dados aqui apresentados demonstram diferença ao apresentado pelo DigiSUS, pois até o fechamento deste relatório, os dados disponíveis no SISAB estavam incompletos, prejudicando a análise da atenção básica nesse período. Visando a qualificação dos dados, a gestão da Secretaria de Saúde tem priorizado inúmeras ações com o objetivo de melhorar o processo de trabalho das equipes de Saúde da Família (eSF), desde treinamentos para uso do sistema até a instalação de novos computadores.

##### 4.2. Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos:

O item 4.2 apresenta a produção hospitalar e ambulatorial com caráter de atendimento em Urgência e Emergência de todos os prestadores de Juiz de Fora referente ao período de Setembro a Dezembro de 2022. As internações hospitalares incluem todas aquelas realizadas nas portas de urgência, e no período em análise, compreendem os atendimentos por pneumonias, partos, AVC, traumas, cardiológicos, intercorrências oncológicas, entre outras que chegam às portas hospitalares. Segue planilha com as principais AIHs por procedimento no período de Setembro a Dezembro de 2022 que os principais procedimentos realizados nas Urgências e Emergências estão relacionadas:

- 1º) Tratamento de Pneumonias e Influenza;
- 2º) Tratamento de Insuficiência Cardíaca;
- 3º) Tratamento com Múltiplas Cirurgias;
- 4º) Tratamento do AVC.

Já a produção ambulatorial de urgência compreende em sua maioria os atendimentos realizados na UPA 24h. Segue planilha com os principais procedimentos realizados nas UPAs 24 horas no período de Setembro a Dezembro de 2022, com destaque para:

- 1º) Administração de medicamentos;
- 2º) Consultas com profissionais exceto médicos;
- 3º) Acolhimento e classificação de risco;
- 4º) Atendimento médico.

##### 4.3. Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização:

O Quadro 4.3 apresenta Produção de Atenção Psicossocial por forma de organização 2º e 3º Quadrimestres. Na análise do quantitativo aprovado de Atendimento/Acompanhamento psicossocial observa-se que o quantitativo maior informado foi no 2º Quadrimestre, com uma diferença apresentada de 164 Atendimentos do 2º para o 3º Quadrimestre, no que diz respeito ao Tratamento de transtornos mentais e comportamentais as Autorizações de Internações Hospitalares pagas de maior quantidade foi no 3º Quadrimestre, onde a diferença apresentada é de 40 Autorizações de Internações do 3º para o 2º Quadrimestre.

#### **4.4. Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos**

##### **a) DADOS DA PRODUÇÃO AMBULATORIAL:**

Em análise da planilha de Produção Ambulatorial Especializada do 3º Quadrimestre, observa-se que os procedimentos Clínicos representam o maior quantitativo em realização (Quantidade Aprovada), fazendo com que sejam o maior número dentre os procedimentos ambulatoriais. Quando comparados com a produção de outros grupos de procedimentos no mesmo período de análise (Maio a Dezembro 2022), observa-se que os procedimentos com finalidade diagnóstica representam o segundo maior quantitativo. Comparando os dados por quadrimestres, verifica-se que o total da Produção Ambulatorial Especializada do 2º quadrimestre de 2022 foi menor que o 3º quadrimestre de 2022.

Em análise dos procedimentos de Informações Hospitalares observa-se que os procedimentos clínicos obtiveram maior AIH Pagas quando comparados com o 2º quadrimestre de 2022. No Sistema de Informações Ambulatoriais a quantidade aprovada em maior valor quando comparados os dois quadrimestres foi no 2º Quadrimestre, com diferença de 259.953 nos grupos de procedimentos, já no Sistema de Informações Hospitalares as Autorizações de Internações Hospitalares pagas em maior quantidade apresentada foi no 3º Quadrimestre e a diferença apresentada entre os dois quadrimestres foi de 927. No entanto, os dados ainda podem sofrer modificações, conforme divulgação pelo DATASUS, dos próximos arquivos de produção, tendo em vista que o SIA/SUS permite alterações até quatro meses após a data de atendimento do usuário.

Analisando o quadrimestre em relação ao anterior, verificamos que houve um acréscimo no quantitativo em cinco grupos da produção ambulatorial, especialmente no grupo 4 - Procedimentos cirúrgicos. Entretanto, verificamos que houve um erro de digitação da produção do procedimento 0414 Bucomaxilofacial (registrado 138.912 procedimentos), o que contribuiu para o acréscimo significativo do registro apresentado, sendo a produção correta o quantitativo de 1.022 procedimentos no período. Cabe destacar que o Departamento de Saúde Bucal identificou o registro indevido e solicitou orientações à SSREG no sentido de buscar correções a serem adotadas nos registros, conforme Boletim de Diferença de Pagamento.

No grupo 2 destaca-se um acréscimo no subgrupo 0206 Diagnóstico por tomografia (anterior de 5.104 e atual de 6.071 procedimentos) representando um aumento de 18,9% e no subgrupo 0201 Coleta de material ocorreu um registro indevido na produção do Departamento de Doenças Sexualmente Transmissíveis, AIDS e Hepatites Virais, o que desencadeou um aumento significativo do subgrupo em questão. No grupo 3, destacam-se o aumento no subgrupo 0301 Consultas / Atendimento / Acompanhamentos (anterior de 957.797 e atual de 1.066.712 procedimentos), no subgrupo 0307 Tratamentos Odontológicos (anterior de 21.135 e atual de 27.947 procedimentos) representando um aumento de 32% e no subgrupo 0309 Terapias especializadas (anterior de 5.826 e atual de 7.211 procedimentos), representando um acréscimo de 23%. No grupo 5 Transplantes de órgãos, tecidos e células houve um acréscimo de 13,5% procedimentos, especialmente no subgrupo 0501 Coleta e exames para fins de doação de órgãos, tecidos e células e de transplante (de 4.616 para 5.330 procedimentos) e no subgrupo 0506 Acompanhamento e intercorrências no pré e pós-transplante (de 1.581 para 1.726 procedimentos). Por fim, no grupo 7 destaca-se um acréscimo no subgrupo 0701 Orteses, próteses e materiais especiais não relacionados ao ato cirúrgico (de 13.742 procedimentos para 15.241).

#### **4.4. Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos:**

##### **b) DADOS DA PRODUÇÃO HOSPITALAR**

Em análise dos procedimentos de Informações Hospitalares observa-se que os procedimentos clínicos obtiveram maior AIH Pagas quando comparados com o 2º quadrimestre de 2022. No Sistema de Informações Ambulatoriais a quantidade aprovada em maior valor quando comparados os dois quadrimestres foi no 2º Quadrimestre, com diferença de 259.953 nos grupos de procedimentos, já no Sistema de Informações Hospitalares as Autorizações de Internações Hospitalares pagas em maior quantidade apresentada foi no 3º Quadrimestre e a diferença apresentada entre os dois quadrimestres foi de 927. No entanto, os dados ainda podem sofrer modificações, conforme divulgação pelo DATASUS, dos próximos arquivos de produção, tendo em vista que o SIA/SUS permite alterações até quatro meses após a data de atendimento do usuário.

1) SET A DEZ 2022 EM RELAÇÃO A MAI A AGO 2022 - comparando a produção com o quadrimestre anterior Analisando os quadrimestres mencionados acima, verificamos que no geral houve um pequeno acréscimo no quantitativo de produção hospitalar, de 16.313 para 17.240 procedimentos. No grupo 3, houve um aumento especificamente no subgrupo 0308 Tratamento de lesões, envenenamentos e outros, decorrentes de causas externas de 23% (anterior de 319 procedimentos para 393). No grupo 4 observamos um aumento nas cirurgias nos seguintes subgrupos: de 28% no 0404 Cirurgia das vias aéreas superiores, da face, da cabeça e do pescoço (de 208 para 268 procedimentos); de 14% no subgrupo 0407 Cirurgia do aparelho digestivo, órgãos anexos e parede abdominal (de 1033 para 1179 procedimentos) e no subgrupo 0414 Bucomaxilofacial (de 43 para 98 procedimentos, sendo estes 96 realizados no HPS, 1 no HMTJ e 1 no HU).

#### **4.6. Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos:**

Foram realizados entre setembro a dezembro de 2022, 1952 ações de prevenção saúde no subgrupo de procedimentos de Vigilância em Saúde e conforme apuração interna junto ao Departamento de Vigilância Sanitária e ao Departamento de Vigilância em Saúde do Trabalhador.

## 5. Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

### 5.1. Por tipo de estabelecimento e gestão

Período 12/2022

Rede física de estabelecimentos de saúde por tipo de estabelecimentos				
Tipo de Estabelecimento	Dupla	Estadual	Municipal	Total
UNIDADE MOVEL DE NIVEL PRE-HOSPITALAR NA AREA DE URGENCIA	0	8	0	8
FARMACIA	0	0	2	2
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA	1	4	52	57
HOSPITAL GERAL	0	0	11	11
HOSPITAL ESPECIALIZADO	0	0	1	1
CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	0	0	5	5
CENTRAL DE REGULACAO MEDICA DAS URGENCIAS	0	1	0	1
LABORATORIO DE SAUDE PUBLICA	0	1	1	2
UNIDADE DE APOIO DIAGNOSE E TERAPIA (SADT ISOLADO)	0	0	15	15
CENTRAL DE ABASTECIMENTO	0	1	1	2
POSTO DE SAUDE	0	0	11	11
UNIDADE MOVEL TERRESTRE	0	0	7	7
CENTRO DE ATENCAO HEMOTERAPIA E OU HEMATOLOGICA	1	0	0	1
CONSULTORIO ISOLADO	0	0	2	2
CENTRAL DE GESTAO EM SAUDE	0	1	1	2
CLINICA/CENTRO DE ESPECIALIDADE	0	0	32	32
PRONTO SOCORRO ESPECIALIZADO	0	0	1	1
UNIDADE DE VIGILANCIA EM SAUDE	0	0	2	2
POLICLINICA	0	0	14	14
HOSPITAL/DIA - ISOLADO	0	0	2	2
PRONTO ATENDIMENTO	0	0	4	4
CENTRAL DE REGULACAO DO ACESSO	0	1	1	2
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>17</b>	<b>165</b>	<b>184</b>

Observação: Os dados apresentados referem-se ao número de estabelecimentos de saúde públicos ou prestadores de serviços ao SUS

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 24/02/2023.

### 5.2. Por natureza jurídica

Período 12/2022

Rede física de estabelecimentos de saúde por natureza jurídica				
Natureza Jurídica	Municipal	Estadual	Dupla	Total
<b>ADMINISTRACAO PUBLICA</b>				
FUNDAÇÃO PÚBLICA DE DIREITO PÚBLICO ESTADUAL OU DO DISTRITO FEDERAL	1	0	1	2
CONSORCIO PÚBLICO DE DIREITO PÚBLICO (ASSOCIACAO PUBLICA)	2	9	0	11
MUNICIPIO	112	0	0	112
ORGAO PÚBLICO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL OU DO DISTRITO FEDERAL	0	8	1	9
AUTARQUIA FEDERAL	5	0	0	5
<b>ENTIDADES EMPRESARIAIS</b>				
SOCIEDADE ANONIMA FECHADA	1	0	0	1
EMPRESARIO (INDIVIDUAL)	1	0	0	1
EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESARIA)	1	0	0	1
SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA	28	0	0	28
SOCIEDADE SIMPLES PURA	2	0	0	2
<b>ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS</b>				

FUNDACAO PRIVADA	2	0	0	2
ASSOCIACAO PRIVADA	10	0	0	10
<b>PESSOAS FISICAS</b>				
<b>Total</b>	<b>165</b>	<b>17</b>	<b>2</b>	<b>184</b>

Observação: Os dados apresentados referem-se ao número de estabelecimentos de saúde públicos ou prestadores de serviços ao SUS

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 24/02/2023.

### 5.3. Consórcios em saúde

#### Período 2022

<b>Participação em consórcios</b>			
<b>CNPJ</b>	<b>Natureza</b>	<b>Area de atuação</b>	<b>Participantes</b>
17813026000151	Direito Público	Urgência e emergência	MG / JUIZ DE FORA

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online

Data da consulta: 24/02/2023.

- Análises e Considerações sobre Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

#### 5. Rede Física e Prestadora do SUS

A Rede SUS de Juiz de Fora está apresentada pelo DigiSUS Gestor - Módulo de Planejamento por tabelas extraídas do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde CNES, onde as unidades próprias da rede municipal e conveniadas, da rede estadual, federal, unidades filantrópicas e privadas foram cadastradas pelos técnicos da Secretaria Municipal de Saúde ou diretamente pelos próprios prestadores externos. Atualmente, no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde CNES, não apresentou alterações diante do último quadrimestre, contando as unidades próprias da rede municipal e conveniadas da rede que atendem o SUS em Juiz de Fora, há um total de 205 estabelecimentos, dos quais 186 são municipais; 17 estaduais e 2 de administração dupla (compartilhada).

<b>GESTÃO</b>			
<b>Dupla</b>	<b>Estadual</b>	<b>Municipal</b>	<b>Total</b>
2	17	165	184
<b>Participação em Consórcios</b>			
<b>CNPJ</b>	<b>Natureza</b>	<b>Área de Atuação</b>	<b>Participantes</b>
17.813.026/0001-51	Direito Público	Urgência e Emergência	MG / Juiz de Fora

## 6. Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

Período 02/2022

Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	CBOs médicos	CBOs enfermeiro	CBOs (outros) nível superior	CBOs (outros) nível médio	CBOs ACS
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Autônomos (0209, 0210)	84	0	2	2	0
	Residentes e estagiários (05, 06)	369	16	72	22	0
	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	985	439	600	1.837	422
	Informais (09)	0	0	0	0	0
	Bolsistas (07)	16	0	0	0	0
	Intermediados por outra entidade (08)	222	33	12	189	0
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Autônomos (0209, 0210)	591	0	68	6	0
	Servidores públicos cedidos para a iniciativa privada (10)	0	0	0	0	0
	Residentes e estagiários (05, 06)	6	0	0	0	0
	Informais (09)	0	0	0	0	0
	Celetistas (0105)	9	36	34	325	0
	Bolsistas (07)	0	0	0	0	0
	Intermediados por outra entidade (08)	0	0	0	0	0

Postos de trabalho ocupados, por Contrato Temporário e Cargos em Comissão						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	CBOs médicos	CBOs enfermeiro	CBOs (outros) nível superior	CBOs (outros) nível médio	CBOs ACS
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 0104)	198	39	74	252	0
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Contratos temporários e cargos em comissão (010302, 0104)	0	0	0	0	0

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 16/03/2023.

Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	2018	2019	2020	2021	
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Autônomos (0209, 0210)	674	697	733	0	
	Celetistas (0105)	536	570	596	0	
	Residentes e estagiários (05, 06)	7	11	10	0	
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Autônomos (0209, 0210)	112	161	152	0	
	Bolsistas (07)	24	24	23	0	
	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	4.807	5.183	5.264	0	
	Informais (09)	0	1	1	0	
	Intermediados por outra entidade (08)	632	764	645	0	
	Residentes e estagiários (05, 06)	290	383	461	0	

Postos de trabalho ocupados, por Contrato Temporário e Cargos em Comissão						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	2018	2019	2020	2021	
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 0104)	1.471	1.112	1.107	0	

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 16/03/2023.

- Análises e Considerações sobre Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

### 6. Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

O CNES depende de atualização constante por parte dos próprios estabelecimentos, de acordo com a chegada/saída de profissionais, adição/redução de serviços, contratualizações, mudanças de estrutura física e etc., mas entende-se que houve avanço no cadastro tanto de profissionais quanto de estabelecimentos. Considera-se que houve avanço também no processo de descentralização da atualização, de modo que os estabelecimentos, após treinamento dado por técnicos da Secretaria de Saúde da PJJ, podem atualizar seu cadastro de forma independente.

## 7. Programação Anual de Saúde - PAS

### 7.1. Diretrizes, objetivos, metas e indicadores

<b>DIRETRIZ Nº 1 - Reorganização das redes de atenção à saúde</b>									
<b>OBJETIVO Nº 1.1 - Qualificar a atenção básica, promovendo a articulação dos pontos de atenção, ampliação do acesso e eficiência no atendimento aos usuários do SUS</b>									
<b>Descrição da Meta</b>	<b>Indicador para monitoramento e avaliação da meta</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Ano - Linha-Base</b>	<b>Linha-Base</b>	<b>Meta Plano(2022-2025)</b>	<b>Meta 2022</b>	<b>Unidade de medida - Meta</b>	<b>Resultado do Quadrimestre</b>	<b>% meta alcançada da PAS</b>
1. Tornar as linhas de cuidado um dos eixos centrais de organização da oferta de serviços de saúde no município, qualificando-as e tornando-as eficientes na oferta do atendimento pretendido	Linhas de cuidados publicadas e revisadas anualmente	0			5	5	Número	0	0
Ação Nº 1 - Linha de cuidado do câncer									
Ação Nº 2 - Linha de cuidado do AVC e IAM									
Ação Nº 3 - Linha de cuidado materno infantil									
Ação Nº 4 - Linha de cuidado à pessoa com deficiência									
Ação Nº 5 - Linha de cuidado pós-Covid									
Ação Nº 6 - Linhas de cuidados publicadas e revisadas anualmente									
Ação Nº 7 - Articular intersecretorialmente a possibilidade de garantir o "Transporte Sanitário" adequado de acordo com as necessidades socioeconômicas dos portadores de doenças crônicas e as características territoriais									
2. Reorganizar as ações de atenção à saúde, com foco na atenção primária, visando a melhoria da qualidade e do acesso, por meio da implementação de novos programas e ampliação da Estratégia de Saúde da Família nos territórios	Atividades realizadas	0			250	25	Número	56,00	224,00
Ação Nº 1 - Implementar Programa que garanta aquisição e manutenção permanente de equipamentos e mobiliário de qualidade nas unidades de atenção à saúde no município									
Ação Nº 2 - Garantir, através do Programa Nacional de Combate à Carência Nutricional, a implementação de um Programa Municipal de segurança alimentar e combate à carência nutricional, promovendo ações de saúde referentes ao tema nas Unidades Básicas de Saúde									
Ação Nº 3 - Garantir atendimento integral aos usuários, nas Unidades Básicas de Saúde, através de um programa municipal de matriciamento, a partir de equipe multiprofissional articulada às ações da Atenção Primária em Saúde									
Ação Nº 4 - Implementar subsídios para a qualificação da assistência, através de programas de residência médica e em saúde									
Ação Nº 5 - Elaborar, em diálogo com o Conselho Municipal de Saúde, estratégias para a reorientação da assistência farmacêutica no município, de forma a melhorar o acesso dos usuários e garantir sistema informatizado integrador entre os diferentes equipamentos de saúde.									
Ação Nº 6 - Credenciar equipes de saúde bucal na Estratégia de Saúde da Família (Credenciamento de 8 equipes)									
Ação Nº 7 - Implementar Programa Saúde na Hora, do Governo Federal, para garantir que os usuários possam ter acesso às Unidades Básicas de Saúde em horário estendido									
Ação Nº 8 - Desenvolver ações para prescrição de fitoterápicos na rede de atenção adotando modelo Farmácia Viva									
Ação Nº 9 - Realização de ações intersetoriais de Promoção, Prevenção e Educação em Saúde, na articulação das escolas e unidades de saúde nos territórios, com gestão e responsabilidades compartilhadas e com a participação dos Conselhos Locais.									
Ação Nº 10 - Fortalecer o acesso dos homens aos serviços de saúde, de acordo com a Política Nacional de Saúde do Homem, a fim de resguardar a redução dos índices de morbimortalidade por causas preveníveis e evitáveis, enfrentando o reconhecimento de determinantes sociais que resultam na vulnerabilidade da população masculina e tornando-os protagonistas de suas demandas, na consolidação dos seus direitos de cidadania.									
3. Garantir a realização dos serviços assistenciais prestados pelas equipes de saúde da Atenção Básica, junto aos usuários do sistema municipal	Equipes de saúde em funcionamento	0			133	110	Número	107,00	97,27
Ação Nº 1 - Custeio das Equipes de Saúde da Família (equipes de saúde previstas na PNAB - eSF, eAP, eCR e eSB)									
Ação Nº 2 - Custeio dos profissionais atuantes na saúde bucal da atenção básica									
Ação Nº 3 - Custeio dos Agentes comunitários de saúde									
Ação Nº 4 - Manter e custear ações compartilhadas e integradas à rede de atenção à saúde com vistas ao cuidado integral									
Ação Nº 5 - Implantar a Estratégia Saúde da Família nas UBS Tradicionais									
4. Garantir o funcionamento, no município, das unidades de atenção especializada em saúde, promovendo as ações, conforme estabelecido nos programas federais, estaduais e municipais	Unidades em funcionamento	0			5	5	Número	4,00	80,00
Ação Nº 1 - Proporcionar ações de atenção ambulatorial especializada em Saúde da Mulher e da Criança e Hipertensão, Diabetes e Doença Renal Crônica, com qualificação da Atenção Primária à Saúde – CEAE									
Ação Nº 2 - Serviços ambulatoriais especializados de Cardiologia, Angiologia, Gastrologia, Oncologia, Cirurgia de Cabeça/ Pescoço e tórax, Reumatologia, Pneumologia, Urologia, Dermatologia, Hematologia, Ortopedia, Cirurgia Geral, Endocrinologia, Nefrologia, Alergologia, Neurologia, Proctologia, Otorrinolaringologia, Hepatologia, Psicologia, Homeopatia, Acupuntura, Geriatria, Fisioterapia, Clínico Geral – DCE									

Ação Nº 3 - Prestar assistência especializada aos idosos, por meio de ações qualificadas por equipe multidisciplinar e oferta de exames de alta e média complexidades, por meio da elaboração e implantação do plano de cuidados para cada idoso atendido – Centro Estadual Mais Vida									
Ação Nº 4 - Serviços ambulatoriais especializados à Mulher, Criança e Adolescente em Ginecologia, Pediatria e equipe multiprofissional, com realização de exames complementares em busca de diagnóstico precoce e tratamento adequado – DSMGCA									
Ação Nº 5 - Estratégia para proporcionar às mulheres saúde, qualidade de vida e bem estar durante gestação, parto, pós-parto e o desenvolvimento da criança até os dois primeiros anos de vida, com objetivo de reduzir a mortalidade materna e infantil – Rede Cegonha									
Ação Nº 6 - Implementar Projeto de Ambulatório de Feridas através da aquisição de insumos e equipamentos para esse tipo de tratamento na Atenção Primária, iniciando um Projeto Piloto na UBS de Santa Luzia									
Ação Nº 7 - Manutenção preventiva e/ou corretiva de equipamentos dos serviços de atenção especializadas, com reposição de peças quando necessário									
Ação Nº 8 - Funcionamento do Centro de Atenção Especializada ambulatorial conforme perfil epidemiológico da população de abrangência das unidades, com ênfase na regionalização da oferta de consultas especializadas									
Ação Nº 9 - Manter fornecimento de medicamentos homeopáticos aos usuários do Serviço de Práticas Integrativas (SPIC)									
5. Reorganizar a Rede de Atenção Psicossocial, visando ampliação do acesso, através de adequação das unidades e parcerias estratégicas com instituições de ensino e institutos de saúde mental, proporcionando a melhoria da qualidade na assistência aos usuários de saúde mental	Unidades implementadas	0			24	0	Número	0	0
Ação Nº 1 - Qualificar os 07 leitos psiquiátricos em saúde mental existentes no HPS									
Ação Nº 2 - Habilitar 13 novos leitos na rede hospitalar (11 adultos e 2 Infanto-juvenil)									
Ação Nº 3 - Transformar 01 CAPS II em CAPS III									
Ação Nº 4 - Implantar 01 CAPS AD II e 01 CAPS i									
Ação Nº 5 - Implantar 01 Unidade de Acolhimento Infantil - UAI									
6. Promover o atendimento em saúde mental, prestado no âmbito do SUS, próprio ou contratado	Pontos de atendimento	0			37	35	Número	35,00	100,00
Ação Nº 1 - Promover ações ambulatoriais especializadas desenvolvidas pelos Centros de Atenção Psicossociais (CAPS) 05 CAPS E 01 ambulatório Zona Norte									
Ação Nº 2 - Manter em funcionamento as 28 residências terapêuticas no município – SRT									
Ação Nº 3 - Manter serviço Hospitalar de Referência em Saúde Mental habilitado na rede de saúde pública - Ana Nery									
7. Realizar atendimento aos usuários de saúde bucal nos serviços assistenciais ambulatoriais especializados e hospitalares	Procedimentos odontológicos especializados	0			101.200	25.000	Número	23.242,00	92,97
Ação Nº 1 - Custear as ações de atenção especializada ambulatorial na área de saúde bucal conforme especialidades odontológicas definidas pelo Ministério da Saúde nos Centros de Especialidades Sul, Norte Oeste, Centro e CEO Coape									
Ação Nº 2 - Prestar atendimento odontológico hospitalar aos usuários portadores de necessidades especiais que necessitem de anestesia geral ou sedação									
8. Garantir o funcionamento das unidades de urgência e emergência, com ações relacionadas à área de assistência permitindo assim respostas rápidas e eficientes às demandas da população	Unidades em funcionamento	0			10	9	Número	9,00	100,00
Ação Nº 1 - Assegurar e manter a triagem/classificação aos acessos das portas de entrada da Urgência e Emergência									
Ação Nº 2 - Prestar atendimento ininterrupto de urgência e emergência infantil referência para Juiz de Fora e região exclusivamente pediátrico - Pronto atendimento infantil – PAI									
Ação Nº 3 - Manutenção de continuidade do atendimento pré-hospitalar realizado pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU no município									
Ação Nº 4 - Ampliação do acesso a urgência e emergência na região nordeste									
Ação Nº 5 - Mediar, junto ao estado, para que o futuro Hospital Regional seja vocacionado para atender demandas estruturais da rede hospitalar e de urgência e emergência da região									
Ação Nº 6 - Manter, custear e aprimorar hospital na vocação de hospital politrauma e como referência para macrorregião de 94 municípios para atendimentos de urgência e emergência nas diversas modalidades clínicas; urgência psiquiátrica e odontológica; serviço de soroterapia e profilaxia da raiva humana e PARBOS – HPS									
Ação Nº 7 - Unidades responsáveis por concentrar os atendimentos de saúde de média complexidade em conjunto com atenção básica e SAMU de forma ininterrupta, como equipamento pré-hospitalar – Unidades de Pronto Atendimento - UPA Norte, Sul e Oeste									
Ação Nº 8 - Prestar atendimento às unidades de urgência e emergência de Juiz de Fora, realizando transferências das vagas hospitalares autorizadas VIA SUS FÁCIL, avaliações de especialidades (referência e contra-referência) e também os exames de diagnósticos do DID, DURL, HPS, e PAI, estritamente demandadas por estas unidades, em regime de 24h, em menor tempo resposta possível - Serviço de transporte inter-hospitalar – STIH									
Ação Nº 9 - Conjunto de ações de promoção à saúde, prevenção e tratamento de doenças e reabilitação, cuidados paliativos prestadas em domicílio, com garantia de continuidade de cuidados e integrada às redes de atenção à saúde - Atenção Domiciliar – DID									
Ação Nº 10 - Prestar atendimento como porta de entrada a toda demanda espontânea referenciada pelo SAMU, nos diversos níveis de assistência e atendimento médico nas especialidades Clínica Médica, abrangendo uma área de cobertura com grande demanda populacional, inclusive de área descoberta aos municípios de Juiz de Fora, de atenção básica - Regional Leste – DURL									
<b>OBJETIVO Nº 1.2 - Construção e Adequação das Unidades de Saúde</b>									



Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado do Quadrimestre	% meta alcançada da PAS
1. Construir equipamentos de saúde nas diversas localidades do município, de forma a atender as demandas da sociedade de maneira territorializada e com a redução dos custos de aluguel e manutenção de prédios privados	Equipamentos construídos	0			8	2	Número	0	0
Ação Nº 1 - Construção da UBS Av. Brasil									
Ação Nº 2 - Construção da UBS Parque Independência									
Ação Nº 3 - Construção da UBS Jôquei Clube I									
Ação Nº 4 - Construção da UBS São Benedito									
Ação Nº 5 - Construção da UBS Jardim da Lua									
Ação Nº 6 - Construção da UBS Nova Benfica									
Ação Nº 7 - Construção da UBS Ipiranga									
Ação Nº 8 - Construção da UBS Centro									
2. Adequar os Equipamentos de Saúde municipais, em conformidade às normas da ANVISA, visando ampliar e melhorar o atendimento ao cidadão de Juiz de Fora	Equipamentos adequados	0			17	6	Número	0	0
Ação Nº 1 - Ampliação da UBS Cruzeiro do Sul									
Ação Nº 2 - Ampliação da UBS Santa Luzia									
Ação Nº 3 - Reforma da UBS Milho Branco									
Ação Nº 4 - Reforma da UBS Santa Efigênia									
Ação Nº 5 - Reforma da UBS Centro Sul									
Ação Nº 6 - Reforma da UBS Filgueiras									
Ação Nº 7 - Ampliação da UBS Linhares									
Ação Nº 8 - Ampliação da UBS São Pedro									
Ação Nº 9 - Reforma da UBS Rosário de Minas									
Ação Nº 10 - Reforma da UBS Vale dos Bandeirantes									
Ação Nº 11 - Ampliação da UBS São Sebastião									
Ação Nº 12 - Ampliação da UBS Vale Verde									
Ação Nº 13 - Revitalização do PAM Marechal									
Ação Nº 14 - Centro de Especialidades Médicas									
Ação Nº 15 - Reforma de UPA's									
Ação Nº 16 - Reforma da Regional Leste									

**OBJETIVO Nº 1.3 - Garantir o cumprimento dos indicadores do Programa Previnde Brasil**

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado do Quadrimestre	% meta alcançada da PAS
1. Cumprir integralmente os resultados dos Indicadores Previnde Brasil, conforme os parâmetros do Ministério de Saúde no ano de referência	Indicadores com resultados alcançados	0			7	7	Número	0	0
Ação Nº 1 - Proporção de gestantes com realização de exames para sífilis e HIV									
Ação Nº 2 - Proporção de gestantes com pelo menos 6 (seis) consultas de pré-natal realizadas, sendo a primeira até a 20ª semana de gestação									
Ação Nº 3 - Proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado									
Ação Nº 4 - Cobertura de exame citopatológico									
Ação Nº 5 - Cobertura vacinal de Poliomielite inativada e de Pentavalente									
Ação Nº 6 - Percentual de pessoas hipertensas com pressão arterial aferida em cada semestre									
Ação Nº 7 - Percentual de diabéticos com solicitação de hemoglobina glicada									

**DIRETRIZ Nº 2 - Promoção integral e igualitária do cuidado na melhoria da qualidade de vida e do bem-estar**

**OBJETIVO Nº 2.1 - Fazer de Juiz de Fora uma cidade saudável, através de atividades intersetoriais de promoção em saúde e da garantia de vigilância em saúde com redução de doenças e agravos, e enfrentamento às urgências de saúde como epidemias e pandemias**

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado do Quadrimestre	% meta alcançada da PAS
1. Desenvolver ações de enfrentamento às DANTs (Doenças e Agravos não Transmissivos)	Ações realizadas	0			16	4	Número	4,00	100,00
Ação Nº 1 - Promoção da alimentação saudável por meio da Política Nacional de Alimentação e Nutrição e da Política Estadual de Promoção à Saúde									
Ação Nº 2 - Promoção de práticas corporais e atividades físicas por meio das Políticas Nacional e Estadual de Promoção à Saúde em parceria com a Secretaria de Esporte e Lazer									
Ação Nº 3 - Promoção da prevenção e o controle do tabagismo por meio do Programa Nacional de Controle do Tabagismo									
Ação Nº 4 - Qualificar o registro e as notificações das doenças, agravos, acidentes e violências de notificação compulsória									
2. Garantir a realização do conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos	Ações realizadas	0			20	5	Número	6,00	120,00
Ação Nº 1 - Monitoramento de Aedes aegypti por meio de ovitrampas (armadilhas de oviposição) em todo o município									
Ação Nº 2 - Campanhas de imunização conforme calendário do Plano Nacional de Imunização desenvolvidos pelo Ministério da Saúde									
Ação Nº 3 - Campanhas de prevenção e promoção a saúde programadas pelo Município									
Ação Nº 4 - Programa com financiamento do estado de Minas Gerais para promoção de ações de Vigilância ambiental para o controle das arboviroses									
Ação Nº 5 - Confeccionar e divulgar boletins epidemiológicos anuais para subsidiar a gestão com dados sobre epidemiologia									
Ação Nº 6 - Implementar ações de prevenção e acompanhamento, articuladas com outras secretarias e órgãos responsáveis, de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual									
3. Garantir a cobertura do diagnóstico e do tratamento das infecções pelo HIV e ISTs para a população de abrangência do programa, visando sua ampliação de forma territorializada através dos equipamentos de saúde existentes	Número de atendimentos	0			15.800	3.500	Número	3.024,00	86,40
Ação Nº 1 - Ampliação da oferta de PrEP – Profilaxia Pré Exposição como ferramenta complementar no enfrentamento à epidemia do HIV com foco no público-alvo									
Ação Nº 2 - Ampliar testagem de HIV/IST's na população demandada									
4. Custear as ações capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, de todas as etapas e processos da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde	Estabelecimentos fiscalizados	0			48.000	8.000	Número	628,00	7,85
Ação Nº 1 - Regulamentação e inserção no Sistema informatizado que substituirá o SIFAM (Sistema da Fazenda Municipal Municipal)									
Ação Nº 2 - Ampliação do quadro de Autoridades Sanitárias do Departamento de Vigilância Sanitária (Processo 7705/2015/vol. 02)									
Ação Nº 3 - Custeio das ações de fiscalização e infraestrutura necessárias para o pleno cumprimento das competências do setor									
5. Desenvolver ações de vigilância em Saúde do Trabalhador através das seguintes estratégias: visitas a ambientes formais de trabalho, identificação e busca dos trabalhadores do mercado informal; educação e informação em Saúde do Trabalhador vítima de acidente e doenças relacionadas ao trabalho, no âmbito do município e região de abrangência do CEREST	Trabalhador assistido	0			11.500	2.500	Número	133,00	5,32
Ação Nº 1 - Acompanhamento e monitoramento dos registros dos sistemas de informação e dos indicadores de Saúde do Trabalhador preconizados pelo MS e SES/MG									
Ação Nº 2 - Criação do Comitê de Vigilância em Saúde do Trabalhador de forma articulada com os demais eixos da Vigilância em Saúde, para investigação dos casos de Doenças e Agravos Relacionados ao Trabalho									
Ação Nº 3 - Identificar categorias de trabalhadores do mercado informal da economia, seus riscos de acidentes e/ou adoecimento e promover atendimento qualificado									
Ação Nº 4 - Matriciamento em Saúde do Trabalhador junto aos profissionais da Atenção Primária à Saúde, Atenção secundária e Urgência e Emergência									
6. Realizar atividades para garantir que o município tenha condições de responder às demandas referentes à diferentes epidemias e pandemias	Atividades realizadas	0			20	5	Número	3,00	60,00
Ação Nº 1 - Ampliação da política de testagem para síndromes respiratórias									
Ação Nº 2 - Ações que visam a manutenção dos leitos de UTI, leitos clínicos e leitos de suporte ventilatório para enfrentamento a pandemia do Covid-19									
Ação Nº 3 - Manter o Centro de Atendimento à Covid-19 em funcionamento									
Ação Nº 4 - Manutenção da Parceria com as Instituições de Ensino para os Laboratórios de Pesquisa de SARS-COV-2 POR RT – PCR									
Ação Nº 5 - Implementar o Plano de cuidados elaborado pela Atenção Especializada para os pacientes com sequelas pós Covid									

Ação Nº 6 - Promover campanha de imunização em situações de epidemia de acordo com disponibilidade de vacinas e calendário preconizado pelo Ministério da Saúde									
Ação Nº 7 - Regular a oferta de procedimentos referentes às sequelas pós-Covid									
Ação Nº 8 - Ampliar e manter a assistência aos usuários com sequelas de Covid-19, elegíveis pelo Departamento de Internação Domiciliar, através de equipe habilitada pelo MS, promovendo a redução de internações hospitalares									
7. Reduzir a taxa de mortalidade infantil	Taxa de mortalidade infantil	0			10,00	11,41	Taxa	12,80	112,18
Ação Nº 1 - Viabilizar oferta de consultas de puericultura e follow up de risco									
Ação Nº 2 - Firmar parceria da AB com o Programa Cultive									
Ação Nº 3 - Fortalecer parceria com as maternidades com o apoio da Rede Cegonha									
Ação Nº 4 - Aumentar a cobertura vacinal nos menores de 1 (um) ano									
8. Aumentar o índice de proporção de registro de óbitos com causa básica definida	Proporção de registro de óbitos com causa básica definida	0			98,00	90,00	Proporção	85,30	94,78
Ação Nº 1 - Oferecer capacitação às unidades assistenciais da rede hospitalar e de RUE									
Ação Nº 2 - Estruturação do serviço de verificação de óbito em Juiz de Fora									
9. Aumentar a proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano, quanto aos parâmetros de coliformes totais, cloro residual livre e turbidez	Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez	0			35,00	20,00	Proporção	71,27	356,35
Ação Nº 1 - Viabilizar a coleta e análise de amostras de água nos pontos de coletas preestabelecidos									
10. Aumentar a proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação	Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação.	0			100,00	85,00	Proporção	100,00	117,65
Ação Nº 1 - Reforçar junto às equipes a importância da notificação compulsória									
Ação Nº 2 - Capacitar os novos profissionais para o preenchimento da ficha de doenças de notificação compulsória imediata									
Ação Nº 3 - Promover a notificação e o devido encerramento dos casos em prazo oportuno									
11. Garantir a vacinação para crianças menores de dois anos conforme Calendário Nacional de Vacinação	Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade - Pentavalente 3ª dose, Pneumocócica 10-valente 2ª dose, Poliomielite 3ª dose e Tríplice viral 1ª dose - com cobertura vacinal preconizada	0			100,00	75,00	Proporção	0	0
Ação Nº 1 - Promover campanhas de atualização da caderneta de vacina									
Ação Nº 2 - Estimular a busca ativa de crianças menores de 2 anos									
Ação Nº 3 - Divulgar campanhas usando a mídia e outros parceiros									
Ação Nº 4 - Atualizar os profissionais da APS em imunização									
Ação Nº 5 - Supervisionar as diversas salas de imunização do município									
Ação Nº 6 - Desenvolver as ações previstas no PNI (monitoramento rápido de cobertura vacinal, quando indicado; investigação de eventos adversos pós-vacinais, campanhas vacinal e rotina)									
Ação Nº 7 - Registrar no sistema as vacinas do Calendário Básico									
12. Realizar ciclos anuais com no mínimo 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue	Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue	0			16	4	Número	0	0
Ação Nº 1 - Promover a realização dos ciclos de visita									
13. Reduzir a taxa mortalidade prematura	Taxa de mortalidade prematura (30 A 69 anos por doenças crônicas não transmissíveis)	0			302,00	321,00	Taxa	91,22	28,42
Ação Nº 1 - Realizar monitoramento, atuando ativamente na realização de diagnósticos para prevenção e tratamento precoce									
14. Reduzir o número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade	Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade	0			20	35	Número	27,00	77,14
Ação Nº 1 - Capacitar os três níveis de Atenção que realiza atendimento Materno Infantil quanto a importância da Notificação compulsória quanto aos casos de Sífilis congênita									
Ação Nº 2 - Promover políticas públicas de saúde voltadas para a orientação da prevenção da Sífilis congênita na população sexualmente ativa e em fase reprodutiva									
Ação Nº 3 - Garantir acesso oportuno ao Pré-natal possibilitando diagnóstico e tratamento precoce dos casos confirmados									
Ação Nº 4 - Ofertar a benzilpenicilina nas Unidades de saúde									
Ação Nº 5 - Sensibilizar os profissionais para a prescrição e administração da benzilpenicilina									

Ação Nº 6 - Divulgação das novas estratégias de prevenção combinada, oferecendo mais alternativas – cientificamente eficazes – em relação à única opção disponível até pouco tempo atrás: o preservativo									
15. Garantir a proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes	Proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes	0			100,00	100,00	Proporção	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Apuração	
Ação Nº 1 - Implementar fluxos com APS									
Ação Nº 2 - Reorganizar fluxos de exames para Balaciloscopia									
Ação Nº 3 - Estimular a busca ativa de casos com maior dificuldade de adesão									
Ação Nº 4 - Garantir acesso ao tratamento									
16. Ampliar a cobertura populacional da Rede de Atenção Básica no município	Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica	0			91,00	80,63	Percentual	50,73	62,92
Ação Nº 1 - Expansão de quadro através de processo seletivo/ concurso público para compor as equipes que serão credenciadas junto ao MS									
Ação Nº 2 - Ampliar assistência nos territórios que não tem cobertura do programa Saúde da Família – PSF									
Ação Nº 3 - Garantir o credenciamento populacional visando ampliar a receita arrecadada através do Programa Federal Previne Brasil (captação ponderada)									
17. Aumentar a cobertura de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família (PBF)	Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família	0			70,00	60,00	Percentual	56,81	94,68
Ação Nº 1 - Ampliar o acompanhamento da condicionalidade saúde nas UBS									
Ação Nº 2 - Identificar nos territórios possíveis equipamentos sociais para o acompanhamento das famílias beneficiárias residentes em áreas descobertas pela Atenção Básica									
18. Adequar cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica, conforme recursos financeiros disponíveis e lei de responsabilidade fiscal	Cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica	0			16,50	12,45	Percentual	8,37	67,23
Ação Nº 1 - Solicitar definição da modalidade de seleção da equipe de saúde bucal com expansão de quadro									
Ação Nº 2 - Pedir atualização de impacto financeiro para equipes de saúde bucal									
Ação Nº 3 - Solicitar o credenciamento das equipes no Ministério da Saúde									
Ação Nº 4 - Promover o apoio técnico de política de saúde bucal									

**OBJETIVO Nº 2.2** - Promover a equidade em saúde, garantindo o acesso pautado no acolhimento da população negra, LGBTQIA+, mulheres, pessoa com deficiências e idosos, aos serviços do SUS em Juiz de Fora

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado do Quadrimestre	% meta alcançada da PAS
1. Garantir Direitos Sexuais Reprodutivos integrando públicos de diferentes faixa etárias e respeitando as particularidades de gênero e raça/cor	Ações realizadas	0			20	5	Número	0	0
Ação Nº 1 - Distribuir métodos contraceptivos à população demandada através da oferta de grupos educativos									
Ação Nº 2 - Ampliar a oferta de preservativos masculino e feminino nas unidades de saúde do município									
Ação Nº 3 - Intensificar a oferta de DIU para mulheres com dificuldades de adaptação a outros métodos contraceptivo									
Ação Nº 4 - Implantar a distribuição de produtos de higiene íntima ao público feminino vulnerável									
Ação Nº 5 - Estabelecer com os profissionais protocolos clínicos para o acesso da população LGBTQIA+ aos grupos de Direitos Sexuais Reprodutivos									
2. Aumentar o rastreamento do câncer de mama priorizando a população-alvo, ou seja, mulheres entre 50 e 69 anos de idade respeitando pactuação homologada	Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária.	0			0,80	0,50	Razão	0,11	22,00
Ação Nº 1 - Realizar a busca ativa das mulheres de 50 a 69 anos e solicitar o exame de mamografia									
Ação Nº 2 - Organizar o fluxo de atendimento de mulheres de área descoberta para atendimento ginecológico/mastologista para que possa ser solicitado os exames de mamografia									
Ação Nº 3 - Elaborar em conjunto com a SSREG e SSVS os fluxos de monitoramento de acompanhamento dos usuários com observância ao sistema SISCAN									
3. Aumentar o rastreamento do câncer de colo do útero priorizando a população-alvo, ou seja, mulheres entre 25 e 64 anos de idade	Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária	0			0,70	0,65	Razão	0,15	23,08
Ação Nº 1 - Organizar o fluxo de atendimento de mulheres de área descoberta									
Ação Nº 2 - Realizar a busca ativa das mulheres de 25 a 64 anos e realizar a coleta para exame citopatológico de colo uterino com periodicidade recomendada pelo MS									
Ação Nº 3 - Realizar medidas educativas em relação à importância do exame citopatológico para o câncer de colo do útero na população-alvo									
Ação Nº 4 - Elaborar em conjunto com a SSREG e SSVS os fluxos de monitoramento de acompanhamento dos usuários com observância ao sistema SISCAN									

4. Reduzir taxa de cesárea no município de Juiz de Fora	Taxa de cesárea	0			30,00	40,00	Taxa	57,70	144,25
Ação Nº 1 - Orientar sobre as recomendações e diretrizes estabelecidas pelo Programa Rede Cegonha em todas as Maternidades do município									
Ação Nº 2 - Seguir as recomendações estabelecidas pelo CONITEC para as indicações de cesareanas									
Ação Nº 3 - Monitorar o cumprimento de metas em todas as Maternidades beneficiadas pelo Programa Rede Cegonha solicitando Plano de Ação das respectivas Instituições para as metas não atingidas									
5. Reduzir a proporção de adolescentes grávidas no município de Juiz de Fora	Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos	0			5,00	9,00	Proporção	8,45	93,89
Ação Nº 1 - Implementar o atendimento ginecológico para adolescentes									
Ação Nº 2 - Realizar atividades em parceria com a rede intersetorial para desenvolvimento de atividades educativas sobre planejamento familiar e direitos sexuais e reprodutivos									
Ação Nº 3 - Disponibilizar e facilitar o acesso pelas adolescentes aos métodos contraceptivos									
6. Reduzir razão de morte materna no município de Juiz de Fora	Razão de morte materna	0			30,00	35,00	Razão	116,68	333,37
Ação Nº 1 - Promover ações de qualificação da rede de serviços de assistência ao pré-natal e parto									
Ação Nº 2 - Garantir a qualidade do pré-natal de início precoce e busca ativa de gestantes faltosas									
Ação Nº 3 - Capacitar os profissionais da APS na temática Saúde da Mulher									
Ação Nº 4 - Operacionalizar a regionalização da assistência ao pré-natal, conforme capacidade instalada dos serviços de pré-natal do SUS e prestadores que fornecem tal assistência em 100% das UBS									
Ação Nº 5 - Conscientizar e sensibilizar profissionais da APS e gestantes à realização do parto normal									
Ação Nº 6 - Monitorar a cobertura da assistência puerperal em todas UBS									
Ação Nº 7 - Capacitação dos profissionais para a realização da assistência Puerperal									
Ação Nº 8 - Aumentar e monitorar a oferta da consulta puerperal									
7. Promover políticas de promoção e prevenção em Saúde da população idosa, com garantia de atendimento qualificado às demandas e especificidades em saúde	Atividades realizadas	0			48	12	Número	140,00	1.166,67
Ação Nº 1 - Promover assistência multiprofissional aos idosos voltadas para prática de atividades de educação do movimento, coordenação e equilíbrio, cognitivas e marcha									
Ação Nº 2 - Alinhar com a Secretaria de Esporte e Lazer a realização de atividades preventivas na manutenção da saúde e do bem-estar dos idosos									
8. Implantar a Política Municipal de Atenção Integral à Saúde da População Negra no SUS de Juiz de Fora, tendo como referência as diretrizes da Política Nacional	Política implantada	0			1	1	Número	0	0
Ação Nº 1 - Implantar a Saúde da População Negra em todas as UBS's do município									
Ação Nº 2 - Apoiar e fortalecer o Comitê Técnico de Saúde da População Negra para garantir o acesso aos dados epidemiológicos referentes a esta população									

### DIRETRIZ Nº 3 - Gestão estratégica, participativa e educação permanente

**OBJETIVO Nº 3.1** - Garantir uma gestão estratégica em saúde em Juiz de Fora, permitindo a tomada de decisões orientada por dados e indicadores, construídas em diálogo permanente com a sociedade, através dos conselhos locais, regionais e municipal de saúde, bem como promover educação permanente em saúde

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado do Quadrimestre	% meta alcançada da PAS
1. Planejar, organizar e fornecer apoio às ações de educação permanente em saúde tendo como objetivo o acolhimento e a transformação das práticas profissionais e da própria organização do trabalho, bem como garantir o atendimento às diversidades de gênero, raça e orientação sexual	Atividades desenvolvidas	0			7.800	1.800	Número	411,00	22,83
Ação Nº 1 - Atividades de educação permanente com profissionais da Atenção Primária e da Atenção Especializada									
Ação Nº 2 - Ofertar ações de educação permanente/continuada, com temas referentes a Vigilância em Saúde, para os profissionais de saúde dos serviços									
Ação Nº 3 - Ações de educação permanente intersetorial em saúde mental (6 ações realizadas, por ano)									
Ação Nº 4 - Capacitação das equipes da APS para realização da testagem rápida e diagnóstico de HIV e Sífilis nas Unidades Básicas de Saúde									
Ação Nº 5 - Promover ações de formação/aperfeiçoamento em tuberculose destinadas a profissionais do SUS									
Ação Nº 6 - Desenvolver parcerias com instituições de Ensino ou Hospitais de Ensino em vistas ao fortalecimento e ampliação da integração ensino/serviço – Programas de Residência Médica e Multidisciplinar									
Ação Nº 7 - Institucionalizar as parcerias com as Instituições ou Hospitais de Ensino para o planejamento e corresponsabilização de ações de saúde e de ensino e a pactuação das contrapartidas - Efetivação do Contrato Organizativo de Ação Pública Ensino-Saúde									
Ação Nº 8 - Atividades de formação e qualificação dos Conselheiros de Saúde para a efetiva realização do controle social das políticas públicas de saúde									
Ação Nº 9 - Atividades de educação permanente da Urgência e Emergência									

Ação Nº 10 - Atividades de educação permanente da Vigilância Sanitária junto aos estabelecimentos inspecionados pelas equipes do DVISA									
Ação Nº 11 - Propor convênio a ser firmado entre a SS/PJF e Instituições de Ensino interessadas, em desenvolver estudo e diagnóstico sobre os determinantes sociais mais impactantes nas condições de morbimortalidade da população negra									
Ação Nº 12 - Inclusão dos temas "racismo" e "saúde da população negra" nos processos de formação e educação permanente dos trabalhadores da saúde no exercício do controle social na saúde									
2. Realizar medidas visando garantir uma gestão integrada, conectada e qualificada das informações em saúde no município, buscando maior eficiência no atendimento aos usuários	Etapas realizadas	0			3	1	Número	0	0
Ação Nº 1 - Implantação e revisão das redes estruturadas de comunicação de dados em todas as unidades de saúde de Juiz de Fora no que diz respeito a infraestrutura									
Ação Nº 2 - Geoprocessamento e gestão da informação									
Ação Nº 3 - Serviço de Telemedicina para o Município de Juiz de Fora									
3. Buscar mecanismos que garantam a manutenção/continuidade dos serviços ambulatoriais e hospitalares de média e alta complexidade e dos serviços estratégicos realizados pela rede credenciada do SUS municipal	Internações realizadas	0			196.560	48.000	Número	17.240,00	35,92
Ação Nº 1 - Serviços de Regulação dos procedimentos Ambulatorial de média e alta complexidade									
Ação Nº 2 - Serviços de Regulação dos procedimentos FAEC									
Ação Nº 3 - Serviços de Regulação dos procedimentos hospitalares de média e alta complexidade									
Ação Nº 4 - Incentivos referente as ações de assistência a saúde da Rede SUS ligados às atividades da Regulação									
4. Garantir o abastecimento de medicamentos da assistência farmacêutica em relação à cobertura e gerenciamento de estoque do ano anterior, tendo como base os itens essenciais	Estabelecimentos com fornecimento	0			83	83	Número	86,00	103,61
Ação Nº 1 - Elaborar quadrimestralmente os pedidos de compras de medicamentos com base na necessidade e disponibilidade orçamentária e financeira (Adquirir medicamentos padronizados)									
Ação Nº 2 - Realizar análise de 100% dos processos de compras de medicamentos desde a elaboração do edital até a qualificação dos fornecedores (Qualificar licitações de medicamentos)									
Ação Nº 3 - Medir periodicamente o índice de cobertura de estoque									
Ação Nº 4 - Distribuir medicamentos periodicamente, de acordo com a demanda necessária a 83 estabelecimentos									
5. Garantir o fornecimento de insumos e materiais médico-hospitalares aos estabelecimentos de saúde dos diversos níveis de atenção básica, secundária e urgência e emergência	Estabelecimentos com fornecimento	0			83	83	Número	86,00	103,61
Ação Nº 1 - Elaborar quadrimestralmente os pedidos de compras e insumos e materiais médico- hospitalares essenciais com base na necessidade e disponibilidade orçamentária e financeira (Adquirir insumos e materiais médico- hospitalares essenciais padronizados)									
Ação Nº 2 - Realizar análise de 100% dos processos de compras de insumos e materiais médico- hospitalares desde a elaboração do edital até a qualificação dos fornecedores (Qualificar licitações de insumos e materiais médico- hospitalares)									
Ação Nº 3 - Distribuir insumos e materiais médico- hospitalares periodicamente, de acordo com a demanda necessária a 83 estabelecimentos									
Ação Nº 4 - Medir periodicamente o índice de cobertura de estoque									
6. Disponibilizar aos usuários do SUS a realização de exames laboratoriais	Exames disponibilizados	0			5.246.120	1.301.585	Número	529.753,00	40,70
Ação Nº 1 - Regulação da oferta dos exames laboratoriais a população									
Ação Nº 2 - Manutenção das atividades do funcionamento do Laboratório do HPS, disponibilizando aos usuários em atendimento nas unidades SSUE, o acessos a exames laboratoriais de urgência e emergência									
Ação Nº 3 - Realização e análises de exames de CD4, CD8, Carga Viral e hepatites virais para monitoramento terapêutico da infecção pelo HIV									
7. Promover ações que visem a diminuição do impacto da Judicialização da saúde no âmbito municipal	Ações promovidas	0			16	4	Número	2,00	50,00
Ação Nº 1 - Continuar a interface com os os atores externos (Judiciário, Defensorias e outros) visando garantir ressarcimento dos recursos gastos e de responsabilidade dos Entes da União e Estado									
Ação Nº 2 - Coordenar os trabalhos do Núcleo de Acolhimento de Demandas Especiais									
Ação Nº 3 - Promover atividades técnicas de avaliação das demandas judiciais conforme Portaria 2128/2014									
Ação Nº 4 - Manter o programa de distribuição de nutrição enteral no âmbito do município, evitando a demanda por mandado judicial – PMNEO									
8. Qualificar a atenção hospitalar no município de Juiz de Fora por meio de uma nova linha de financiamento do governo estadual para o serviço hospitalar, através de indicadores estabelecidos pelo Programa Valora Minas	Indicadores atendidos	0			100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Formalizar e acompanhar os contratos dos Hospitais credenciados do Programa Estadual Valora Minas para o cumprimento dos indicadores do programa Estadual									
Ação Nº 2 - Formalizar e acompanhar o contrato do Hospital de Pronto Socorro Dr. Mozart Teixeira credenciado do Programa Estadual Valora Minas para o cumprimento dos indicadores do programa Estadual									
9. Mapear a situação de recursos humanos da Secretaria de Saúde, promovendo adequação do quadro de funcionários de acordo com a necessidade dos serviços disponíveis	Situação mapeada	0			1	1	Número	0	0

Ação Nº 1 - Identificar os profissionais lotados na SS de acordo com o cargo, função desempenhada e lotação
Ação Nº 2 - Identificar a formação dos profissionais da SS e a experiência profissional, com a lotação e a função desempenhada
Ação Nº 3 - Identificar a necessidade do quantitativo de profissionais de cada setor por cargo e função
Ação Nº 4 - Realizar a distribuição dos funcionários de acordo com a capacidade técnica e necessidades dos serviços, em conjunto com os coordenadores dos mesmos

**Demonstrativo da vinculação das metas anualizadas com a Subfunção**

Subfunções	Descrição das Metas por Subfunção	Meta programada para o exercício	Resultados do Quadrimestre
122 - Administração Geral	1	1.800	411
	Realizar medidas visando garantir uma gestão integrada, conectada e qualificada das informações em saúde no município, buscando maior eficiência no atendimento aos usuários	1	0
	Desenvolver ações de vigilância em Saúde do Trabalhador através das seguintes estratégias: visitas a ambientes formais de trabalho, identificação e busca dos trabalhadores do mercado informal; educação e informação em Saúde do Trabalhador vítima de acidente e doenças relacionadas ao trabalho, no âmbito do município e região de abrangência do CEREST	2.500	133
	Realizar atividades para garantir que o município tenha condições de responder às demandas referentes à diferentes epidemias e pandemias	5	3
	Promover ações que visem a diminuição do impacto da Judicialização da saúde no âmbito municipal	4	2
	Mapear a situação de recursos humanos da Secretaria de Saúde, promovendo adequação do quadro de funcionários de acordo com a necessidade dos serviços disponíveis	1	0
301 - Atenção Básica	1	5	0
	Planejar, organizar e fornecer apoio às ações de educação permanente em saúde tendo como objetivo o acolhimento e a transformação das práticas profissionais e da própria organização do trabalho, bem como garantir o atendimento às diversidades de gênero, raça e orientação sexual	1.800	411
	Garantir Direitos Sexuais Reprodutivos integrando públicos de diferentes faixa etárias e respeitando as particularidades de gênero e raça/cor	5	0
	Desenvolver ações de enfrentamento às DANTs (Doenças e Agravos não Transmissivos)	4	4
	Cumprir integralmente os resultados dos Indicadores Previne Brasil, conforme os parâmetros do Ministério de Saúde no ano de referência	7	0
	Construir equipamentos de saúde nas diversas localidades do município, de forma a atender as demandas da sociedade de maneira territorializada e com a redução dos custos de aluguel e manutenção de prédios privados	2	0
	Reorganizar as ações de atenção à saúde, com foco na atenção primária, visando a melhoria da qualidade e do acesso, por meio da implementação de novos programas e ampliação da Estratégia de Saúde da Família nos territórios	25	56
	Realizar medidas visando garantir uma gestão integrada, conectada e qualificada das informações em saúde no município, buscando maior eficiência no atendimento aos usuários	1	0
	Aumentar o rastreamento do câncer de mama priorizando a população-alvo, ou seja, mulheres entre 50 e 69 anos de idade respeitando pactuação homologada	0,50	0,11
	Adequar os Equipamentos de Saúde municipais, em conformidade às normas da ANVISA, visando ampliar e melhorar o atendimento ao cidadão de Juiz de Fora	6	0
	Garantir a realização dos serviços assistenciais prestados pelas equipes de saúde da Atenção Básica, junto aos usuários do sistema municipal	110	107
	Aumentar o rastreamento do câncer de colo do útero priorizando a população-alvo, ou seja, mulheres entre 25 e 64 anos de idade	0,65	0,15
	Garantir o funcionamento, no município, das unidades de atenção especializada em saúde, promovendo as ações, conforme estabelecido nos programas federais, estaduais e municipais	5	4
	Reduzir a proporção de adolescentes grávidas no município de Juiz de Fora	9,00	8,45
	Reduzir razão de morte materna no município de Juiz de Fora	35,00	116,68
	Reduzir a taxa de mortalidade infantil	11,41	12,80
	Promover políticas de promoção e prevenção em Saúde da população idosa, com garantia de atendimento qualificado às demandas e especificidades em saúde	12	140
	Implantar a Política Municipal de Atenção Integral à Saúde da População Negra no SUS de Juiz de Fora, tendo como referência as diretrizes da Política Nacional	1	0
	Garantir a vacinação para crianças menores de dois anos conforme Calendário Nacional de Vacinação	75,00	0,00
	Realizar ciclos anuais com no mínimo 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue	4	0
	Ampliar a cobertura populacional da Rede de Atenção Básica no município	80,63	50,73
	Aumentar a cobertura de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família (PBF)	60,00	56,81
Adequar cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica, conforme recursos financeiros disponíveis e lei de responsabilidade fiscal	12,45	8,37	
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1	5	0

	Planejar, organizar e fornecer apoio às ações de educação permanente em saúde tendo como objetivo o acolhimento e a transformação das práticas profissionais e da própria organização do trabalho, bem como garantir o atendimento às diversidades de gênero, raça e orientação sexual	1.800	411
	Garantir Direitos Sexuais Reprodutivos integrando públicos de diferentes faixas etárias e respeitando as particularidades de gênero e raça/cor	5	0
	Adequar os Equipamentos de Saúde municipais, em conformidade às normas da ANVISA, visando ampliar e melhorar o atendimento ao cidadão de Juiz de Fora	6	0
	Realizar medidas visando garantir uma gestão integrada, conectada e qualificada das informações em saúde no município, buscando maior eficiência no atendimento aos usuários	1	0
	Aumentar o rastreamento do câncer de mama priorizando a população-alvo, ou seja, mulheres entre 50 e 69 anos de idade respeitando pactuação homologada	0,50	0,11
	Garantir a cobertura do diagnóstico e do tratamento das infecções pelo HIV e ISTs para a população de abrangência do programa, visando sua ampliação de forma territorializada através dos equipamentos de saúde existentes	3.500	3.024
	Buscar mecanismos que garantam a manutenção/continuidade dos serviços ambulatoriais e hospitalares de média e alta complexidade e dos serviços estratégicos realizados pela rede credenciada do SUS municipal	48.000	17.240
	Aumentar o rastreamento do câncer de colo do útero priorizando a população-alvo, ou seja, mulheres entre 25 e 64 anos de idade	0,65	0,15
	Reduzir taxa de cesárea no município de Juiz de Fora	40,00	57,70
	Reorganizar a Rede de Atenção Psicossocial, visando ampliação do acesso, através de adequação das unidades e parcerias estratégicas com instituições de ensino e institutos de saúde mental, proporcionando a melhoria da qualidade na assistência aos usuários de saúde mental	0	0
	Promover o atendimento em saúde mental, prestado no âmbito do SUS, próprio ou contratado	35	35
	Disponibilizar aos usuários do SUS a realização de exames laboratoriais	1.301.585	529.753
	Reduzir razão de morte materna no município de Juiz de Fora	35,00	116,68
	Realizar atendimento aos usuários de saúde bucal nos serviços assistenciais ambulatoriais especializados e hospitalares	25.000	23.242
	Promover ações que visem a diminuição do impacto da Judicialização da saúde no âmbito municipal	4	2
	Promover políticas de promoção e prevenção em Saúde da população idosa, com garantia de atendimento qualificado às demandas e especificidades em saúde	12	140
	Garantir o funcionamento das unidades de urgência e emergência, com ações relacionadas à área de assistência permitindo assim respostas rápidas e eficientes às demandas da população	9	9
	Qualificar a atenção hospitalar no município de Juiz de Fora por meio de uma nova linha de financiamento do governo estadual para o serviço hospitalar, através de indicadores estabelecidos pelo Programa Valora Minas	100,00	100,00
	Garantir a proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes	100,00	
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	1	83	86
	Garantir o fornecimento de insumos e materiais médico-hospitalares aos estabelecimentos de saúde dos diversos níveis de atenção básica, secundária e urgência e emergência	83	86
	Promover ações que visem a diminuição do impacto da Judicialização da saúde no âmbito municipal	4	2
304 - Vigilância Sanitária	1	8.000	628
305 - Vigilância Epidemiológica	1	4	4
	Planejar, organizar e fornecer apoio às ações de educação permanente em saúde tendo como objetivo o acolhimento e a transformação das práticas profissionais e da própria organização do trabalho, bem como garantir o atendimento às diversidades de gênero, raça e orientação sexual	1.800	411
	Garantir a realização do conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos	5	6
	Realizar medidas visando garantir uma gestão integrada, conectada e qualificada das informações em saúde no município, buscando maior eficiência no atendimento aos usuários	1	0
	Reduzir a taxa de mortalidade infantil	11,41	12,80
	Aumentar o índice de proporção de registro de óbitos com causa básica definida	90,00	85,30
	Aumentar a proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano, quanto aos parâmetros de coliformes totais, cloro residual livre e turbidez	20,00	71,27
	Aumentar a proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação	85,00	100,00
	Garantir a vacinação para crianças menores de dois anos conforme Calendário Nacional de Vacinação	75,00	0,00
	Realizar ciclos anuais com no mínimo 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue	4	0
	Reduzir a taxa mortalidade prematura	321,00	91,22
	Reduzir o número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade	35	27
	Garantir a proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes	100,00	



306 - Alimentação e Nutrição	1	25	56
------------------------------------	---	----	----

**Demonstrativo da Programação de Despesas com Saúde por Subfunção, Categoria Econômica e Fonte de Recursos**

Subfunções	Categoria Econômica	Recursos ordinários - Fonte Livre (R\$)	Receita de impostos e de transferência de impostos (receita própria - R\$)	Transferências de fundos à Fundo de Recursos do SUS, provenientes do Governo Federal (R\$)	Transferências de fundos ao Fundo de Recursos do SUS, provenientes do Governo Estadual (R\$)	Transferências de convênios destinados à Saúde (R\$)	Operações de Crédito vinculadas à Saúde (R\$)	Royalties do petróleo destinados à Saúde (R\$)	Outros recursos destinados à Saúde (R\$)	Total(R\$)
0 - Informações Complementares	Corrente	N/A	54.408.982,54	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	54.408.982,54
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
122 - Administração Geral	Corrente	384.000,00	22.834.522,39	184.860,09	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	23.403.382,48
	Capital	N/A	128.781,11	200.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	328.781,11
301 - Atenção Básica	Corrente	480.000,00	64.952.761,99	43.871.629,97	26.905.759,50	N/A	N/A	N/A	N/A	136.210.151,46
	Capital	N/A	4.058.812,28	3.791.140,33	6.039.246,22	N/A	N/A	N/A	N/A	13.889.198,83
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Corrente	698.070,00	173.840.684,72	452.081.287,59	83.479.103,65	278.979,78	N/A	N/A	N/A	710.378.125,74
	Capital	N/A	117.594,12	523.485,37	6.391.978,44	N/A	N/A	N/A	N/A	7.033.057,93
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	Corrente	7.680,00	8.328.469,70	6.534.029,19	10.417.368,09	N/A	N/A	N/A	N/A	25.287.546,98
	Capital	N/A	15.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	15.000,00
304 - Vigilância Sanitária	Corrente	N/A	1.493.762,76	302.004,60	1.128.620,00	N/A	N/A	N/A	2.949.664,25	5.874.051,61
	Capital	N/A	N/A	41.966,40	605.284,00	N/A	N/A	N/A	50.335,75	697.586,15
305 - Vigilância Epidemiológica	Corrente	110.880,00	7.449.259,46	9.812.895,01	30.906.310,89	N/A	N/A	N/A	N/A	48.279.345,36
	Capital	N/A	N/A	634.242,50	6.416.529,36	N/A	N/A	N/A	N/A	7.050.771,86
306 - Alimentação e Nutrição	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online

Data da consulta: 16/03/2023.

- Análises e Considerações sobre Programação Anual de Saúde - PAS

**7. Programação Anual de Saúde - PAS**

Durante o mês de Outubro a Dezembro de 2022 foi realizado, junto às equipes técnicas, o monitoramento do Plano Municipal de Saúde 2022-2025, apurando os resultados das metas da Programação Anual de Saúde relativas ao 3º quadrimestre de 2022. A metodologia utilizada constituiu-se em reuniões sistemáticas com o uso de uma planilha compartilhada, contendo o acompanhamento das metas que foram discutidas e alimentadas ponto a ponto em cada encontro realizado durante o período de fechamento do 3º quadrimestre. Ao longo do período de avaliação do monitoramento pôde-se produzir os consolidados das análises da PAS quanto a ter atingido ou não da meta programada, além do percentual alcançado no quadrimestre.

Na análise quantitativa das 46 metas da PAS 2022/2025, informamos que 18 metas atingiram resultados satisfatórios, com resultados acima de 90%.

Diretrizes	Nº de Metas	Não se aplica	Cumpridas Satisfatoriamente	Cumpridas Parcialmente	Não Cumpridas
<b>1</b>	<b>11</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>3</b>
<b>2</b>	<b>26</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>15</b>	<b>3</b>
<b>3</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>1</b>
<b>Total</b>	<b>46</b>	<b>1</b>	<b>18</b>	<b>20</b>	<b>7</b>

## 9. Execução Orçamentária e Financeira

Sobre a indisponibilidade da versão de transmissão dos dados do SIOPS para o ano de 2022, consulte orientações [NOTA INFORMATIVA Nº 3/2022-CGFIP/DGIP/SE/MS](#)

### 9.1. Execução da programação por fonte de recurso, subfunção e categoria econômica

Despesa Total em Saúde por Fonte e Subfunção											
Subfunções		Recursos Ordinários - Fonte Livre	Recargas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	Transferências de Convênios destinadas à Saúde	Operações de Crédito vinculadas à Saúde	Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020	Royalties do Petróleo destinados à Saúde	Outros Recursos Destinados à Saúde	TOTAL
301 - Atenção Básica	Corrente	427.563,12	69.833.818,69	30.789.144,21	4.121.663,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105.172.189,77
	Capital	0,00	947.984,95	263.567,60	602.473,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.814.025,70
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Corrente	655.842,84	175.572.904,83	305.101.447,23	43.326.415,80	164.327,09	0,00	0,00	0,00	0,00	524.820.937,79
	Capital	0,00	161.640,98	1.057.744,77	12.311.928,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.531.314,06
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	Corrente	7.278,72	18.803.493,63	4.889.936,26	3.612.931,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.313.639,82
	Capital	0,00	7.084,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.084,00
304 - Vigilância Sanitária	Corrente	961.420,60	1.492.596,92	31.616,24	8.723,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.494.356,77
	Capital	0,00	0,00	15.871,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.871,80
305 - Vigilância Epidemiológica	Corrente	217.971,63	7.678.389,50	7.419.030,73	2.460.200,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.775.592,76
	Capital	0,00	0,00	0,00	483.858,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	483.858,40
306 - Alimentação e Nutrição	Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	Corrente	390.126,31	76.229.590,78	867.225,11	559.040,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	78.045.982,30
	Capital	1.849,83	36.301,84	3.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.251,67
<b>TOTAL</b>		<b>2.662.053,05</b>	<b>350.763.806,12</b>	<b>350.438.683,95</b>	<b>67.487.234,63</b>	<b>164.327,09</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>771.516.104,84</b>

(\*) ASPS: Ações e Serviços Públicos em Saúde

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 24/02/2023.

### 9.2. Indicadores financeiros

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 24/02/2023.

### 9.3. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

### 9.4. Covid-19 Repasse União

Quadro demonstrativo da transferência de recursos advindos da união para a aplicação no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)			
Descrição do recurso	SALDO DO RECURSO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (31/12/2021)	RECURSOS DIRECIONADOS NO EXERCÍCIO ATUAL ATÉ O BIMESTRE	SALDO TOTAL
Recursos advindos da transferência da União repassados pelo FNS conf. Portarias específicas nos blocos de manutenção e estruturação para a aplicação no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)	3.950.561,32	0,00	3.950.561,32
Recursos advindos da transferência da União repassados pelo FNS nos blocos de manutenção e estruturação não específicas para a aplicação no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)	15.690.363,93	6.531.965,91	22.222.329,84
Recursos advindos de transposição de saldos financeiros de exercícios anteriores provenientes de repasses federais do FNS aos fundos de saúde dos estados, DF e municípios conf. LC 172/2020.	0,00	0,00	0,00
Recursos advindos da União, na forma de auxílio financeiro, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2020, e em ações de enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19). Conforme LC 173/2020	0,00	0,00	0,00
Recursos advindos da União, na forma de prestação de apoio financeiro pela União aos entes federativos que recebem recursos do Fundo de Participação dos Estados - FPE e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, com o objetivo de mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19). MP 938/2020	0,00	0,00	0,00
Outros recursos advindos de transferências da União	0,00	0,00	0,00
<b>Total de recursos advindos de transferência da união para enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - CORONAVIRUS (COVID-19)</b>	<b>19.640.925,25</b>	<b>6.531.965,91</b>	<b>26.172.891,16</b>
Despesas decorrentes do enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional Coronavírus (COVID-19)			
Descrição das Subfunções/Despesas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
Administração Geral	681.513,35	681.513,35	681.513,35
Atenção Básica	247.904,00	241.820,00	241.820,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.581.060,45	5.521.719,59	5.473.810,55

Suporte profilático e terapêutico	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00
Informações Complementares	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>6.510.477,80</b>	<b>6.445.052,94</b>	<b>6.397.143,90</b>

#### CONTROLE DA EXECUÇÃO DE RE

Descrição das Subfunções/Despesas	Inscrição em 2022 - RPs processados (a)	Inscrição em 2022 - RPs não processados (b)	Inscrição em 2022 - Saldo total (c) = a+b	Inscrição em 2021 - RPs processados (a)	Inscrição em 2021 - RPs não processados (b)	Inscrição em 2021 - Saldo total (c) = a+b	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs processados Pago (d)	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs processados Cancelado (e)	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs não processados - Liquidado* (f)	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs não processados - Pago (g)	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs não processados - Cancelado (h)	Saldo bimestral em 2021 (R inscritos em 2021 - Saldo bimestral R processados) (i) = (a - c)
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	1.096.352,82	5.789.104,54	6.885.457,36	1.094.284,02	2.068,80	0,00	4.709.791,05	362.060,26	
Atenção Básica	0,00	6.084,00	6.084,00	2.481,00	200.255,24	202.736,24	2.481,00	0,00	0,00	177.705,04	790,60	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	47.909,04	59.340,86	107.249,90	2.833.594,65	4.880.686,27	7.714.280,92	2.833.594,65	0,00	0,00	3.971.928,78	908.757,49	
Suporte profilático e terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	6.916,35	6.916,35	0,00	0,00	0,00	6.916,35	0,00	
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Informações Complementares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>Total</b>	<b>47.909,04</b>	<b>65.424,86</b>	<b>113.333,90</b>	<b>3.932.428,47</b>	<b>10.876.962,40</b>	<b>14.809.390,87</b>	<b>3.930.359,67</b>	<b>2.068,80</b>	<b>0,00</b>	<b>8.866.341,22</b>	<b>1.271.608,35</b>	

Gerado em 24/02/2023 14:38:59

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

#### 9.5. Covid-19 Recursos Próprios

Quadro demonstrativo da aplicação de recursos próprios no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)			
Descrição do recurso	SALDO DO RECURSO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (31/12/2021)	RECURSOS DIRECIONADOS NO EXERCÍCIO ATUAL ATÉ O BIMESTRE	SALDO TOTAL
Recursos próprios a serem aplicados no enfrentamento da emergência de saúde - nacional - Coronavírus (COVID-19)	531.742,33	7.955.556,69	8.487.299,02
<b>Total</b>	<b>531.742,33</b>	<b>7.955.556,69</b>	<b>8.487.299,02</b>

Despesas decorrentes do enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional Coronavírus (COVID-19)			
Descrição das Subfunções/Despesas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
Administração Geral	8.260.743,16	8.260.743,16	8.169.584,83
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00
Suporte profilático e terapêutico	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	112.371,63	112.371,63	112.371,63
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00
Informações Complementares	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>8.373.114,79</b>	<b>8.373.114,79</b>	<b>8.281.956,46</b>

#### CONTROLE DA EXECUÇÃO DE RESTOS A

Descrição das Subfunções/Despesas	Inscrição em 2022 - RPs processados (a)	Inscrição em 2022 - RPs não processados (b)	Inscrição em 2022 - Saldo total (c) = a+b	Inscrição em 2021 - RPs processados (a)	Inscrição em 2021 - RPs não processados (b)	Inscrição em 2021 - Saldo total (c) = a+b	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs processados Pago (d)	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs processados Cancelado (e)	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs não processados - Liquidado* (f)	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs não processados - Pago (g)	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs não processados - Cancelado (h)	Saldo até o bimestre (Rps inscritos em 2021) - Saldo até o bimestre - RPs processados i= (a - d - e)	Saldo bimestre (Rps inscritos em 2021) - Saldo bimestre - RPs processados j= (b - e)
Administração Geral	91.158,33	0,00	91.158,33	238.808,71	107.499,20	346.307,91	238.808,71	0,00	0,00	107.499,20	0,00	0,00	
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	33.934,42	33.934,42	0,00	0,00	0,00	33.934,42	0,00	0,00	
Suporte profilático e terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Informações Complementares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>Total</b>	<b>91.158,33</b>	<b>0,00</b>	<b>91.158,33</b>	<b>238.808,71</b>	<b>141.433,62</b>	<b>380.242,33</b>	<b>238.808,71</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>141.433,62</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	

Gerado em 24/02/2023 14:38:57

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

#### 9.6. Covid-19 Repasse Estadual

Quadro demonstrativo da transferência de recursos advindos do estado para a aplicação no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)			
Descrição do recurso	SALDO DO RECURSO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (31/12/2021)	RECURSOS DIRECIONADOS NO EXERCÍCIO ATUAL ATÉ O BIMESTRE	SALDO TOTAL
Recursos de transferências do estado para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)	5.577.695,15	2.870.293,12	8.447.988,27
<b>Total</b>	<b>5.577.695,15</b>	<b>2.870.293,12</b>	<b>8.447.988,27</b>
Despesas decorrentes do enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional Coronavírus (COVID-19)			
Descrição das Subfunções/Despesas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
Administração Geral	553.044,20	553.044,20	553.044,20
Atenção Básica	1.110.638,88	1.106.438,88	1.091.422,56
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.278.837,87	2.100.529,99	2.040.219,48
Suporte profilático e terapêutico	32.819,00	32.819,00	32.819,00
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	1.165.234,66	1.162.219,66	1.142.172,87
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00
Informações Complementares	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>5.140.574,61</b>	<b>4.955.051,73</b>	<b>4.859.678,11</b>
<b>CONTROLE DA EXECUÇÃO DE RESTO</b>			

Descrição das Subfunções/Despesas	Inscrição em 2022 - RPs processados (a)	Inscrição em 2022 - RPs não processados (b)	Inscrição em 2022 - Saldo total (c) = a+b	Inscrição em 2021 - RPs processados (a)	Inscrição em 2021 - RPs não processados (b)	Inscrição em 2021 - Saldo total (c) = a+b	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs processados Pago (d)	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs processados Cancelado (e)	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs não processados - Liquidado* (f)	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs não processados - Pago (g)	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs não processados - Cancelado (h)	Saldo até o bimestre (Rps inscritos em 2021) - Saldo até o bimestre - RPs processados i= (a - d - e)
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica	15.016,32	4.200,00	19.216,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	60.310,51	178.307,88	238.618,39	481.227,47	1.067.169,29	1.548.396,76	456.352,47	0,00	0,00	911.234,00	19.622,49	24.875,00
Suporte profilático e terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	20.046,79	3.015,00	23.061,79	0,00	212.472,40	212.472,40	0,00	0,00	0,00	210.541,90	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Informações Complementares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>95.373,62</b>	<b>185.522,88</b>	<b>280.896,50</b>	<b>481.227,47</b>	<b>1.279.641,69</b>	<b>1.760.869,16</b>	<b>456.352,47</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.121.775,90</b>	<b>19.622,49</b>	<b>24.875,00</b>

Gerado em 24/02/2023 14:39:00

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

• Análises e Considerações sobre Execução Orçamentária e Financeira

A Prefeitura de Juiz de Fora (PJF), por meio da Controladoria Geral do Município (CGM), apresentou no dia 15 de fevereiro de 2023, no plenário da Câmara Municipal, sua execução orçamentária e financeira, relativas ao terceiro quadrimestre de 2022, e as metas de arrecadação estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), conforme disposto no parágrafo quarto do artigo nono da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Durante a apresentação, foram detalhadas as receitas correntes e de capital arrecadadas em 2022. As primeiras alcançaram 99% da meta prevista para o período, o equivalente a R\$ 2,41 bilhões. Nas de capital, foi arrecadado 38% do esperado, ou seja, R\$ 69,5 milhões, o que se deve a não efetivação de várias operações de crédito e convênios previstos. Especificamente sobre as receitas correntes próprias, os números indicam que a arrecadação foi de 106% em relação ao previsto para todo o exercício de 2022, correspondendo a R\$ 1,1 bilhão. A arrecadação das receitas próprias em 2022, em comparação com 2021, apresentou variação de 15% a valores correntes e 5% a valores constantes. O total da receita corrente própria e transferida em 2022 apresentou crescimento de 14% em valores correntes, e de 4% em valores constantes quando comparada ao exercício de 2021. Durante o ano de 2022 foram aplicados, com recursos próprios, R\$ 364 milhões na área da saúde.

## 10. Auditorias

Não há informações cadastradas para o período das Auditorias.

Fonte: Sistema Nacional de Auditoria do SUS (SISAUD-SUS)

Data da consulta: 16/03/2023.

### Outras Auditorias

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online

Data da consulta: 16/03/2023.

#### • Análises e Considerações sobre Auditorias

### 10. Auditorias

Durante a discussão entre o Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria - DCAA/SSREG/SS com o Núcleo Estadual foi informado sobre a possível entrada de um novo sistema em substituição ao Sisaud. No decorrer de 2022 ainda não tivemos informações conclusivas acerca da troca do sistema, portanto estamos aguardando orientações acerca do sistema de auditoria SUS a ser utilizado. Abaixo as auditorias realizadas no 3º quadrimestre de 2022, bem como no ano.

#### Juiz de Fora Prefeitura SUBSECRETARIA DE REGULAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JUIZ DE FORA – RELATÓRIOS DAS AUDITORIAS REALIZADAS NO 3º QUADRIMESTRE – 2022 – DEPARTAMENTO DE CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA/DCAA/SSREG/SS/PJF.

DATA	DEMANDANTE	AUDITORIA Nº	FINALIDADE	RECOMENDAÇÃO	CONCLUIDOS E ENCAMINHADOS
06/09/22	SS	AE 026/2022	Auditoria de Conformidade Especial, com a finalidade de verificar se o número de fisioterapeutas atuantes na UTI do Hospital de Pronto Socorro Municipal (HPS) está efetivamente atendendo a demanda, conforme as determinações da Resolução nº 7/2010, em determinação do MPMG	Após atender a determinação da gerente do DCAA, o auditor concluiu que: há falta de profissionais fisioterapeutas na UTI e enfermarias, o que compromete a qualidade da assistência fisioterapêutica prestada aos usuários; há irregularidades apontadas no CNES: A carga horária e o número de profissionais fisioterapeutas na UTI do Hospital está abaixo das 18 horas diárias de atuação, não atendendo ao preconizado no inciso IV, Art. 14 da RDC nº 07/2010. Fisioterapeutas: no mínimo 01 (um) para cada 10 leitos ou fração, nos turnos matutino, vespertino e noturno, perfazendo um total de 18 horas diárias de atuação*. O número de profissionais fisioterapeutas alocados na UTI do Hospital de Pronto Socorro Municipal não está efetivamente atendendo a demanda do serviço.	Memorando 79.083/2022
31/08/22	DRH	AE 027/2022	Auditoria de Conformidade Especial, com a finalidade de averiguar o tratamento dispensado e fornecer subsídios acerca da essencialidade e indisponibilidade na Tabela SIGTAP, para a paciente internada na HMTJ.	Após atender a determinação da gerente do DCAA, o auditor concluiu que: Considerando a exiguidade de tempo e a premissa da situação a presente demanda dispensa avaliação "in loco", uma vez que o diagnóstico já é plena e suficientemente conhecido, assim como as opções terapêuticas para o tratamento da doença em questão. É PROCEDENTE, como primeira escolha, a opção pelo tratamento endovascular do aneurisma de que a paciente é portadora, através do implante de stent divisor de fluxo. O procedimento NÃO É DISPONIBILIZADO pelo SUS, assim como as respectivas próteses e demais materiais indispensáveis à sua realização, todos devidamente registrados na ANVISA.	Memorando 81.620/2022
23/09/22	IBG Saúde	AE 028/2022	Averiguar a internação o tratamento dispensado e o lançamento dos códigos dos procedimentos a serem cobrados pelo faturamento do Hospital IBS Saúde, sobre a cobrança de material excedente utilizado, uma vez que já havia sido feito a análise do prontuário pela Supervisora Hospitalar e não houve concordância da alteração do código pelo prestador.	Após atender a determinação da gerente do DCAA, a auditora concluiu que: Considerando a consulta ao SIGTAP (Sistema de gerenciamento a tabela de procedimentos, medicamentos e OPM do SUS). Sugere-se a retirada da cobrança do material excedente.	Ofício 18.282/2022
04/10/22	Ouvindoria Municipal de Saúde	AE 029/2022 complementar	Solicitação de negativa para procedimentooclusão percutânea da regurgitação paraprotética mitral, tendo em vista que a família manifestou interesse em possível ação judicial.	Após atender a determinação da gerente do DCAA, os médicos cardiologistas do DCAA/SSREG/SS concluíram que o relatório médico enviado pelo médico assistente refere que a paciente necessita de um implante de oclusor ocluserando o vazamento da bioprotese mitral, já que o procedimento cirúrgico convencional envolve risco proibitivo. O procedimento em questão não foi incorporado ao SUS pela CONITEC.	Memorando 89.876/2022
06/10/22	Ouvindoria Municipal de Saúde	AE 030/2022	Solicitação de negativa de TAVI, pela Ouvindoria Municipal de Saúde - paciente G.C.S.	Após atender a determinação da gerente do DCAA, os auditores analisaram o pedido médico e exames da paciente e concluíram que a auditoria não obstaculiza a realização do procedimento, os critérios e responsabilidade são dos médicos que os indicam. Embora a CONITEC e a PORTARIA SCTIE/MS nº 32, DE 28 DE JUNHO DE 2021 tenham incorporado, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o implante percutâneo de válvula aórtica (TAVI) para tratamento da estenose aórtica grave em pacientes inoperáveis, aguardamos a publicação de normativa federal com tais diretrizes, para que o município de Juiz de Fora esteja apto a identificar um prestador habilitado para este serviço e proceder com o encaminhamento de pacientes de Juiz de Fora e região pactuada para sua realização.	Memorando 86.979/2022 e Memorando 97.636/2022
29/11/22	SS	AE 031/2022	Averiguar a internação e o tratamento dispensado ao paciente no HUJUFJF, referente a detenção de familiar feita no Ministério Público, com alegação de não ter recebido as devidas orientações sobre os cuidados após alta hospitalar.	Após atender a determinação da gerente do DCAA, a médica auditora concluiu que o Após análise minuciosa das informações, conclui-se que o paciente teve atendimento hospitalar, propedêutico e tratamento adequados. Segundo evoluções médicas descritas em prontuário médico, o paciente esteve vigil e orientado durante a internação com aparente capacidade de entendimento. Porém, não consta registrado qualquer informação referente a esclarecimentos dados à esposa sobre quadro clínico do paciente. Vale ressaltar que essa auditoria analisou aspectos técnicos e contou apenas com relatórios realizados de forma escrita em prontuário físico e digital, não havendo relato verbal de ambas as partes.	Memorando nº 107.813/2022
29/11/22	Ouvindoria Municipal de Saúde	AE 033/2022	Solicitação de negativa de Fechamento percutâneo de Comunicação Interatrial, pela Ouvindoria Municipal de Saúde - paciente A.M.R.	Após atender a determinação da gerente do DCAA, os médicos cardiologistas do DCAA/SSREG/SS concluíram que: Considerando que a paciente possui 64 anos de idade e que a idade máxima é de 71 anos para este procedimento ser liberado pela Tabela SIGTAP-SUS. Sob ponto de vista técnico da indicação do procedimento, os Auditores da Cardiologia emitiram parecer FAVORÁVEL.	Memorando nº 113.932/2022
29/11/22	Ouvindoria Municipal de Saúde	AE 034/2022	Solicitação de negativa de TAVI, pela Ouvindoria Municipal de Saúde - paciente N.S.M.G.	Após atender a determinação da gerente do DCAA, os auditores analisaram o pedido médico e exames da paciente e concluíram que a auditoria não obstaculiza a realização do procedimento, os critérios e responsabilidade são dos médicos que os indicam. Embora a CONITEC e a PORTARIA SCTIE/MS nº 32, DE 28 DE JUNHO DE 2021 tenham incorporado, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o implante percutâneo de válvula aórtica (TAVI) para tratamento da estenose aórtica grave em pacientes inoperáveis, aguardamos a publicação de normativa federal com tais diretrizes, para que o município de Juiz de Fora esteja apto a identificar um prestador habilitado para este serviço e proceder com o encaminhamento de pacientes de Juiz de Fora e região pactuada para sua realização.	Memorando nº 113.935/2022
22/12/22	Ouvindoria Municipal de Saúde	AE 036/2022	Solicitação de negativa de TAVI, pela Ouvindoria Municipal de Saúde - paciente R.C.	Geneza DESCONSIDERAR este Memo, uma vez que a demanda foi encerrada pela OMS, conforme Despacho 4 - Memorando 115.607/22.	Memorando nº 122.597/2022
19/12/22	Ouvindoria Municipal de Saúde	AE 038/2022	Solicitação de negativa de TAVI, pela Ouvindoria Municipal de Saúde - paciente A.J.A.	Após atender a determinação da gerente do DCAA, os auditores analisaram o pedido médico e exames da paciente e concluíram que a auditoria não obstaculiza a realização do procedimento, os critérios e responsabilidade são dos médicos que os indicam. Embora a CONITEC e a PORTARIA SCTIE/MS nº 32, DE 28 DE JUNHO DE 2021 tenham incorporado, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o implante percutâneo de válvula aórtica (TAVI) para tratamento da estenose aórtica grave em pacientes inoperáveis, aguardamos a publicação de normativa federal com tais diretrizes, para que o município de Juiz de Fora esteja apto a identificar um prestador habilitado para este serviço e proceder com o encaminhamento de pacientes de Juiz de Fora e região pactuada para sua realização.	Memorando nº 121.101/2022
30/12/22	DGDE	AE 039/2022	Auditoria de Conformidade especial para verificação de uso de OPME em cirurgia ortopédica, realizada no HUJUFJF, com a finalidade de comprovação de uso do seguinte material: placa prótese reversa + parafusos (descrito em nota fiscal) para artroplastia parcial de ombro, em cumprimento de ordem judicial.	Após atender a determinação da gerente do DCAA, a médica auditora concluiu que houve a cirurgia para a paciente em questão com o uso de todo o material ortopédico citado na nota fiscal. Recomendamos que seja reportado aos solicitantes que o uso do material citado ocorreu devidamente de acordo com as documentações.	Memorando nº 119.350/2022
23/12/22	DGDE	AE 040/2022	Auditoria de Conformidade especial para averiguar a internação, o tratamento dispensado e a utilização do OPME, em cumprimento de ordem judicial, no Hospital Unimed.	Após atender a determinação da gerente do DCAA, a médica auditora concluiu que após analisar o prontuário do paciente J.A.S, certificamos que o procedimento IMPLANTE DE PROTÊSE VALVULAR AÓRTICA PERCUTÂNEA (TAVI), foi realizado com a utilização das OPME.	Memorando nº 119.202/2022

# 11. Análises e Considerações Gerais

## 11. Análises e Considerações Gerais

Em setembro, a Secretaria de Saúde realizou a abertura do podcast Cultura de Paz Entrevista com o tema Saúde Mental e abriu a série do podcast Cultura de Paz Entrevista nesta segunda-feira, 19, na Rádio Facom, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). A iniciativa integra o projeto de extensão Cultura de Paz e Prevenção das Violências: Tecendo Redes, parceria entre a PJF e a UFJF. O Projeto é uma parceria entre a Prefeitura de Juiz de Fora (PJF) e a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e busca contribuir para o desenvolvimento do Plano Municipal de Fortalecimento da Vigilância das Causas Externas da PJF. A iniciativa tem duração de seis meses e vai contar, ainda, com fóruns e campanhas que pretendem alcançar as comunidades e sensibilizá-las para o debate sobre o tema e para a busca de soluções para as diferentes demandas.

Ainda em setembro, dentro do projeto Cultura de Paz e Prevenção das Violências: Tecendo Redes, com o objetivo de capacitar os profissionais de saúde de Juiz de Fora para o preenchimento das fichas de notificação de casos de suspeita ou confirmação de alguma forma de violência, aconteceu a primeira oficina do Eixo de Educação Continuada. Foram quatro turmas capacitadas na oficina realizada nos períodos da manhã e da tarde. A oficina trabalhou questões teóricas e práticas voltadas para a sensibilização dos profissionais no momento de abordagem e do reconhecimento das vítimas de violência, bem como debates acerca da prática profissional. Além disso, também foi ressaltada a importância do preenchimento da ficha para o levantamento de dados do quadro das violências que acontecem em Juiz de Fora.

Várias ações de vacinação ocorreram ao longo do mês. A secretaria realizou duas grandes campanhas de multivacinação em setembro. Além das vacinas contra a Covid-19 e Influenza para todos os públicos disponíveis, incluindo as crianças de 3 e 4 anos, a quarta dose para as pessoas de 18 anos ou mais e a quinta dose para os imunossuprimidos de 18 anos ou mais, também serão aplicados os imunizantes de rotina e contra a poliomielite, no contexto da Campanha de Vacinação Contra a Poliomielite e Multivacinação para atualização vacinal de crianças e adolescentes.

Em setembro, aconteceu também uma ação de educação em saúde com os profissionais da equipe do Estratégia Saúde da Família (ESF). Eles realizaram palestra, na obesidade, hipertensão arterial e Diabetes Mellitus, abordando suas causas, consequências e melhorias do estilo de vida. Foi também promovido um Coffee break com alimentos saudáveis e distribuição de receitas de fácil preparo que ajudam no controle das DCNT.

Em outubro, a PJF tomou facultativo o uso de máscaras faciais na cidade, inclusive em equipamentos de saúde. Segue obrigatório, porém, a utilização de máscaras faciais por trabalhadores de saúde nos Serviços de Saúde Públicos e Privados de Atenção Primária à Saúde, Atenção Secundária e Atenção Terciária, Instituições de Longa Permanência (ILPI), Comunidades Terapêuticas e Serviços Residenciais Terapêuticos. Para visitantes, pacientes e acompanhantes no ingresso e frequência, eventual ou permanente, nos recintos acima citados, o uso segue recomendado. Apesar da liberação, continua sendo recomendada a utilização em ambientes, abertos ou fechados, em que haja aglomeração de pessoas, como repartições públicas, comércios, bancos, elevadores, academias, táxi, aplicativos de transporte, ônibus, escolas, creches, cinemas, teatros, igrejas e demais ambientes da iniciativa privada.

Ainda neste mês de outubro a Prefeitura de Juiz de Fora (PJF) divulgou a assinatura do convênio junto ao Hospital Maternidade Therezinha de Jesus (HMTJ) que garantiu o aumento da oferta de leitos e serviços de saúde aos usuários do SUS em Juiz de Fora. Neste hospital, o número de leitos de Unidade de Tratamento Intensivo para recém-nascidos e crianças (atendimento neonatal e pediátricos) foi ampliado para vinte unidades. Com a nova parceria, entre outros pontos, a rede foi expandida em quatro leitos de ortopedia; foram ampliados o número de procedimentos ortopédicos de média e alta complexidade, incluindo os que necessitem de placas bloqueadas; a expansão de quatro leitos de pediatria (enfermaria); a realização de Cirurgias Pediátricas; a ampliação das internações Hospitalares de média complexidade, chegando ao total de 1000 procedimentos/mês só nesta unidade; o atendimento cirúrgico à criança com pé torto congênito; além da oferta de 20 procedimentos eletroencefalograma (ENMG).

Ao longo do mês, foram realizadas mais campanhas de vacinação COVID-19 bem como campanha de multivacinação. Buscando ampliar a cobertura da Campanha de Vacinação Contra a Poliomielite e Multivacinação para atualização vacinal de crianças e adolescentes, e em virtude do Dia D de Vacinação Antirrábica na Zona Urbana, os imunizantes de rotina e contra a poliomielite, voltada apenas para crianças de 1 ano a quatro anos, 11 meses e 29 dias, serão aplicados somente para crianças e adolescentes de um ano a 14 anos, 11 meses e 29 dias. Também foram aplicadas, mas somente para este público, as vacinas contra a COVID-19 e Influenza.

Em outubro, a secretaria de saúde recebeu 24 novos equipamentos hospitalares. Ao todo, foram seis desfibriladores; três oxímetros de pulso (aparelho que mede a oxigenação do sangue); dois colposcópios (aparelhos usados para exame ginecológico; dois bisturis elétricos); um auto refrator, utilizado em exames oftalmológicos; uma cadeira otorrino de última geração; duas semas de gesso; um doppler venoso (que avalia possíveis problemas circulatórios nos membros inferiores e posteriores do corpo); três carros de urgência; e três aspiradores de secreção. Os equipamentos entregues contribuirão diretamente para a melhoria do atendimento à população de Juiz de Fora e toda região da Zona da Mata, através das unidades de saúde do PAM Marechal, e Departamentos de Saúde da Mulher, Gestante, Criança e Adolescente (DSMGCA) e Saúde Bucal (DSB).

Dando continuidade ao projeto de extensão Cultura de Paz e Prevenção das Violências: Tecendo Redes, aconteceram mais quatro oficinas de capacitação dos profissionais de saúde do município. Com estes trabalhos, passaram a ser 12 o total de oficinas até então desenvolvidas pelo eixo de Educação Continuada. A meta é realizar 16, com mais uma data programada para 17 de novembro. Até o momento, 111 profissionais já passaram pelas oficinas do Projeto.

A Prefeitura de Juiz de Fora (PJF) e o Conselho Municipal de Saúde de Juiz de Fora (CMS-JF) realizaram também no mês de outubro, a abertura oficial das Oficinas de Educação Permanente dos Conselheiros e Conselheiras Locais, Regionais e Municipais de Saúde. No evento, foram capacitados Conselheiros de Saúde, representando 12 regiões de saúde da cidade. A Palestra Magna, com o tema O Sistema Único de Saúde: Gestão, Financiamento e o Controle Social em Tempos de Crise, foi proferida pela doutora em Saúde Coletiva, Danielle Teles da Cruz, professora do Depto de Saúde Coletiva da Faculdade de Medicina, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), professora dos Programas de Pós Graduação em Saúde Coletiva e Mestrado Profissional Saúde da Família e pesquisadora de Políticas Públicas de Saúde.

O Outubro Rosa foi marcado por várias ações, destacando-se uma ação da Farmácia Central, vinculada ao departamento de assistência farmacêutica (DAF), da Secretaria de Saúde (SS), que ofertou uma cartilha contendo as vias de acesso para o exame clínico das mamas, mamografia e o preventivo (Papanicolau), apresentando os grupos prioritários para tais procedimentos, vacinação para saúde da mulher, sinais e sintomas, fatores de risco e protetores para o câncer de mama e do colo do útero. Durante a ação, foi também disponibilizado um espaço dedicado sobre como as mulheres devem observar suas mamas: alteração da forma, coloração, presença de líquidos e nódulos. Destaca-se também a Prefeitura de Juiz de Fora (PJF) realizou ações e palestras voltadas ao Outubro Rosa na Unidade Básica de Saúde (UBS) Industrial. O evento que celebrou o mês de conscientização da saúde da mulher na Escola Municipal Pedro Nagib Nasser. Essa programação faz parte de uma série de eventos realizados durante este mês em diversas UBSs espalhadas pelo município.

Marcando a última ação do Outubro Rosa, o setor de Doenças e Agravos Não Transmissíveis (SDANT), da Secretaria de Saúde (SS), realizou "O Outubro Rosa da Vigilância". A ação teve como público alvo servidoras e servidores da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (SSVS), que participaram de um jogo de perguntas e respostas sobre o câncer de mama organizado pela enfermeira Ana Beatriz Querino. Com o jogo, foi possível descontração, aprendizado e conscientização sobre a importância do diagnóstico precoce, realização de mamografia e as altas taxas de mortalidade por câncer de mama.

Em novembro, a SS promoveu uma programação especial em comemoração ao Novembro Verde. A iniciativa buscou a valorização e a divulgação da Homeopatia. Nesse sentido, o Serviço de Práticas Integrativas e Complementares (SPIC), da Secretaria de Saúde (SS), programou uma série eventos especiais com o intuito de divulgar o tratamento homeopático.

Em novembro também a UBS de Santa Cecília realizou uma Oficina Culinária do Diabético Buscando a mudança de hábito alimentar do diabético, garantindo assim sua autonomia no tratamento. Durante o mês de novembro. Durante todo o mês de novembro a SS realizou várias ações de vacinação. Na próxima quarta-feira, 16, a Prefeitura de Juiz de Fora (PJF), em parceria com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), realiza uma campanha de multivacinação, das 8h às 16h, com vacinas contra a Covid-19, influenza, meningite, além de imunizantes de rotina. Foi também com o objetivo de aumentar a cobertura vacinal, a campanha de multivacinação na instituição foi uma oportunidade para usuários, familiares e colaboradores colocarem seus respectivos esquemas vacinais em dia.

Em novembro, tivemos também ações do novembro azul. A Farmácia Central da Prefeitura de Juiz de Fora (PJF) realizou uma ação de conscientização e educação em saúde sobre o câncer de próstata e saúde do homem. Foram distribuídas cartilhas com informações a respeito da saúde do homem, envolvendo vacinação (HPV), do câncer de próstata e pênis e o fluxo na rede assistencial do SUS municipal para os exames de toque retal e antígeno prostático específico (PSA). Também foram disponibilizados também laços na cor azul (símbolo da campanha) e um envelope contendo um vale corte de cabelo e barba, além de um sabonete e um passo a passo de como higienizar corretamente o pênis, trazendo informações em alusão à campanha "Lave o Dito Cujoo do Instituto Lado a Lado Pela Vida, para prevenção do câncer de pênis.

Aconteceu também a última rodada de oficinas de capacitação dos trabalhadores da área, realizada pelo projeto Cultura de Paz e Prevenção das Violências: Tecendo Redes, parceria entre a Prefeitura de Juiz de Fora (PJF) e a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). No total, foram quatro encontros com 16 oficinas entre os meses de setembro e novembro. Cerca de 300 profissionais de saúde passaram pela Faculdade de Enfermagem e interagiram com os integrantes do projeto, com experiências de vida e com o compartilhamento de conhecimentos.

Em dezembro, aconteceu, com o tema Prevenção à Violência contra Pessoas Idosas, o terceiro Fórum Online do projeto Cultura de Paz e Prevenção das Violências: tecendo redes. Ainda neste mês houve outro Fórum com o tema A violência silenciosa na infância e adolescência, agendado para o dia 16 de dezembro. O Fórum, em formato presencial, aconteceu na mesma data da Feira da Cultura de Paz. O Cine Teatro Central foi o cenário destes eventos.

Na sequência do projeto, o Podcast "Cultura de Paz Entrevista" abordou os impactos das violências na saúde e valorização do profissional da área.

A Farmácia Central desenvolveu uma ação em saúde abordando o tema HIV/AIDS e Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) em alusão ao Dezembro Vermelho, onde destacou-se o Dia Mundial de Luta contra a AIDS, celebrado no dia 1º de dezembro, e a Campanha Nacional de Prevenção. Dentre as ações voltadas para o Dezembro Vermelho, houve a distribuição de cartilhas, o laço vermelho símbolo da campanha, do preservativo externo (masculino), roda de conversas, instrução de como utilizar o preservativo interno (feminino) e o externo, o fluxo na rede SUS para as testagens sorológicas, a prevenção combinada ao HIV e as ISTs, envolvendo a profilaxia pré-exposição (PrEP), com o uso contínuo de antiretrovirais, para reduzir o risco de adquirir a infecção, e à pós-exposição (PEP), com o uso destes medicamentos em situações de exposição ao vírus.

Ainda em dezembro o Conselho Municipal de Saúde (CMS) aprovou o Relatório Anual de Gestão (RAG) 2021, elaborado pela Prefeitura de Juiz de Fora (PJF), por meio da Secretaria de Saúde (SS).

Já o Laboratório do Hospital de Pronto Socorro Dr. Mozart Geraldo Teixeira (HPS) e o Laboratório Central (LACEN), da Prefeitura de Juiz de Fora (PJF), receberam selo de excelência do Programa Nacional de Controle de Qualidade (PNCQ), vinculado à Sociedade Brasileira de Análises Clínicas (SBAC), referente a 2022. O laboratório do HPS, pelo quinto ano consecutivo, obteve a excelência, conforme a pesquisa nacional.



---

IVAN CHARLES FONSECA CHEBLI  
Secretário(a) de Saúde  
JUIZ DE FORA/MG, 2022

## Parecer do Conselho de Saúde

### Dados Demográficos e de Morbimortalidade

- Considerações:  
Sem Parecer

### Dados da Produção de Serviços no SUS

- Considerações:  
Sem Parecer

### Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

- Considerações:  
Sem Parecer

### Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

- Considerações:  
Sem Parecer

### Programação Anual de Saúde - PAS

- Considerações:  
Sem Parecer

### Execução Orçamentária e Financeira

- Considerações:  
Sem Parecer

### Auditorias

- Considerações:  
Sem Parecer

### Análises e Considerações Gerais

- Parecer do Conselho de Saúde:  
Sem Parecer

Status do Parecer: Em Análise no Conselho de Saúde

JUIZ DE FORA/MG, 16 de Março de 2023

---

Conselho Municipal de Saúde de Juiz De Fora